



DIÁRIO OFICIAL

Piracicaba, 23 de março de 2017

PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 17.015, DE 21 DE MARÇO DE 2017.
Transfere dotações orçamentárias da ordem de R\$ 137.000,00.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º da Lei nº 8.606, de 02 de dezembro de 2016 e no art. 16 da Lei nº 8.507, de 25 de julho de 2016, que autoriza o Poder Executivo a realizar, por decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite de 10% (dez por cento) do total das receitas arrecadadas, nos termos do que dispõe o art. 167, inciso VI, da Constituição da República Federativa do Brasil, desde que obedeça aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal,

DECRETA

Art. 1º Fica transferida a importância de R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais), constante do Orçamento-Programa para o exercício de 2017, assim discriminadas:

Das dotações:

1)	08	08011	1545100411258	449051	Obras e Instalações:	R\$ 77.000,00
2)	17	17011	1545200392033	339030	Material de Consumo:	R\$ 22.500,00
3)	17	17011	1545200392033	339039	Outros Serv. Terc. - P.J.:	R\$ 22.500,00
4)	17	17011	1545200392033	449051	Obras e Instalações:	R\$ 15.000,00

Para as dotações:

1)	08	08011	1545100431260	449051	Obras e Instalações:	R\$ 77.000,00
2)	17	17011	1545200042217	339039	Outros Serv. Terc. - P.J.:	R\$ 11.000,00
3)	17	17011	1545200062218	339033	Passagens e Desp. com Loc.:	R\$ 6.000,00
4)	17	17011	1545200062218	339039	Outros Serv. Terc. - P.J.:	R\$ 43.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 21 de março de 2017.

BARJAS NEGRI
Prefeito Municipal

JOSÉ ADMIR MORAES LEITE
Secretário Municipal de Finanças

ARTHUR ALBERTO AZEVEDO RIBEIRO NETO
Secretário Municipal de Obras

JORGE AKIRA KOBAYASKI
Secretário Municipal de Trânsito e Transportes

MILTON SÉRGIO BISSOLI
Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba

FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 44/2017

OBJETO: Aquisição de materiais e produtos de limpeza e higiene.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 05/04/2017, às 08h.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 05/04/2017, às 09h.

O(s) Edital(is) completo(s) poderá(ão) ser obtido(s) pelo endereço eletrônico <http://www.licitapira.piracicaba.sp.gov.br>. Fone (19) 3403-1020. Fax (19) 3403-1024.

Piracicaba, 22 de março de 2017.

Maria Angelina Chiquito Alanis
Diretora do Departamento de Material e Patrimônio

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2017

OBJETO: Aquisição de capacetes para motociclistas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 04/04/2017, às 14h.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 04/04/2017, às 14h30.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico <http://www.licitapira.piracicaba.sp.gov.br>. Dúvidas: (19) 3403-1020

Piracicaba, 22 de março de 2017.

MARIA ANGELINA CHIQUITO ALANIS
Departamento de Material e Patrimônio
Diretora

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Departamento de Administração Financeira

Em atendimento a lei 4247 de 08 de março de 1997, estamos publicando os saldos bancários desta Prefeitura, referente ao mês de Fevereiro de 2017.

Banco do Brasil - FSSP - FESTA DAS NAÇÕES	12.316,63
Banco do Brasil - FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	14.973,93
Banco do Brasil - FUNDO ESPECIAL DO BOMBEIRO (FEBOM)	0,00
Banco do Brasil - PROCON	413.319,51
Banco do Brasil - PMP - CONTA UNICA.....	23.083,91
Banco do Brasil - ALIENAÇÃO DE IMOVEIS URBANOS	534.065,23
Banco do Brasil - PMP - ROYALTIES ICMS.....	209.253,80
Banco do Brasil - CAUÇÕES	36.887,89
Banco do Brasil - A.F.M. - APOIO FINANC. AOS MUNICIPIOS.....	0,00
Banco do Brasil - PMP - CENTRAL DE FISIOTERAPIA DR JOAO J. CERA	88.193,88
Banco do Brasil - PMP - ISS - SIMPLES NACIONAL	2.798.415,68
Banco do Brasil - SIM - IMPOSTO SIMPLES	0,00
Banco do Brasil - A.F.M. - APOIO FINANC. AOS MUNICIPIOS.....	0,00
Banco do Brasil - FPM.....	6.439.060,10
Banco do Brasil - INCRA	46.549,88
Banco do Brasil - FUNDO ESPECIAL.....	49.073,07
Banco do Brasil - CENTRO IPVA	5.831.761,18
Banco do Brasil - DNAEE.....	0,00
Banco do Brasil - DNPM.....	39.599,34
Banco do Brasil - ITA - ROYALTIES DE ITAIPU	28.932,57
Banco do Brasil - TRIB. E TAXAS	417,86
Banco do Brasil - PMP-SERV. DE INSCR. DE CONCURSOS PUBLICOS	0,00
Banco do Brasil - CENTRO	5.308.067,71
Banco do Brasil - IPVA	4.495.013,69
Banco do Brasil - ICMS	11.064.018,88
Banco do Brasil - PMP SALARIO	0,00
Banco do Brasil - ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS.....	683.520,56
Banco do Brasil - COMPENSAÇÃO FINANC. ESF. EXPORT. MUNIC.....	17.342,33

Banco do Brasil - ICMS	233.771,16
Banco do Brasil - FUNDESP TRANSPORTE ESCOLAR	0,00
Banco do Brasil - FNDE - MERENDA ESCOLAR/PNAP.....	1.122.574,18
Banco do Brasil - MDE - DECÊNDIAIS/2012	0,00
Banco do Brasil - FNDE - APOIO AS CRECHES BRASIL CARINHOSO	0,00
Banco do Brasil - MDE - DECÊNDIAIS/2015	0,00
Banco do Brasil - FNDE - PROGR. NAC. APOIO TRANSP.ESCOLAR.....	0,00
Banco do Brasil - FUNDEB - FUNDO DE MAN. E DES. EDUC.VAL.MAG.....	7.518.384,77
Banco do Brasil - DEPARTAMENTO DE SUPLENTO ESCOLAR	0,00
Banco do Brasil - FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.597.158,28
Banco do Brasil - FNDE - APOIO FINANCEIRO AS CRECHES	0,00
Banco do Brasil - CONSTRUÇÃO DA ETEC	2.847,82
Banco do Brasil - PMP - EDUCAÇÃO APOIO CULTURAL	92.656,91
Banco do Brasil - PDDE- PROGRAMA DINHEIRO DIRETO ESCOLA.....	0,00
Banco do Brasil - MDE - DECÊNDIAIS/2016	72.858,81
Banco do Brasil - FUNDEB/2016	584.108,93
Banco do Brasil - F.I.D. IPLAP	1.222.294,87
Banco do Brasil - INFRAESTRUTURA NO R. JARDIM GILDA	181.228,30
Banco do Brasil - PMP - AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE(SEDS)	0,00
Banco do Brasil - PROJETO URB-AL	10.154,89
Banco do Brasil - FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCEN.....	2.807.982,00
Banco do Brasil - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA.....	1.216,44
Banco do Brasil - B.P.C. QUEST. APLIC. ACOMP.MONIT. CRIANÇAS.....	0,00
Banco do Brasil - INDICE GESTAO DESC. - PISO BASICO FIXO - IGDPBF	0,00
Banco do Brasil - INDICE GESTÃO DESCENTR. - SIST.UN. AS.SOC.-SUAS	0,00
Banco do Brasil - PISO DE ALTA COMP.I - PROT.SOCIAL ESPECIAL.....	0,00
Banco do Brasil - PISO BASICO FIXO.....	0,00
Banco do Brasil - PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE	0,00
Banco do Brasil - PSE - PISO DE TRANSIÇÃO MEDIA COMPLEXIDADE.....	0,00
Banco do Brasil - PISO BASICO VARIÁVEL - SCFV	0,00
Banco do Brasil - PSE - CEPETI - AÇÕES ESTRAT. PR. ERRAD. TRAB. INF.....	0,00
Banco do Brasil - FMAS - APRIMORANDO REDE	0,00
Banco do Brasil - PROGRAMA DE APOIO A CRIANÇA	0,00
Banco do Brasil - PROGRAMA DE ERRADIC. DO TRAB. INFANTIL.....	0,00
Banco do Brasil - B.P.C. QUEST. APLIC. ACOMP.MONIT. CRIANÇAS.....	0,00
Banco do Brasil - INDICE GESTAO DESC. - PISO BASICO FIXO - IGDPBF	0,00
Banco do Brasil - INDICE GESTAO DESCENTRALIZADA - SUAS - IGED	0,00
Banco do Brasil - PISO DE ALTA COMP.I - PROT.SOCIAL ESPECIAL.....	0,00
Banco do Brasil - PAC II - PISO DE ALTA COMPLEXIDADE II.....	0,00
Banco do Brasil - PISO BASICO FIXO	0,00
Banco do Brasil - PISO BASICO VARIÁVEL II	0,00
Banco do Brasil - PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE	0,00
Banco do Brasil - PSE - PISO DE TRANSIÇÃO MEDIA COMPLEXIDADE.....	0,00
Banco do Brasil - PISO VARIÁVEL DE MEDIA COMPLEXIDADE	0,00
Banco do Brasil - PISO BASICO VARIÁVEL - SCSV	0,00
Banco do Brasil - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	436,34
Banco do Brasil - PAC II - PISO DE ALTA COMPLEXIDADE II.....	0,00
Banco do Brasil - BLOCO GESTAO DO BOLSA FAMILIA FNAS.....	42.479,11
Banco do Brasil - BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ALTA COMPLEXIDADE FNAS	378.340,79

Banco do Brasil - APRIMORA REDE CADASTRO NAC. ENTID. ASSIST. SOCIAL	177,67
Banco do Brasil - BPC ESCOLA	5.537,17
Banco do Brasil - AÇÕES ESTRATÉGICAS PETI	174.706,00
Banco do Brasil - BLOCO GESTÃO SUAS	86.812,97
Banco do Brasil - BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA COMPLEXIDADE FNAS	466.427,43
Banco do Brasil - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE	44,57
Banco do Brasil - BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....	426.086,62
Banco do Brasil - AGENCIA DE CORREIO COMUNITARIA	12.893,74
Banco do Brasil - PROJETO MICROBACIAS II	206.923,73
Banco do Brasil - PMP - ACADEMIA CAMPESTRE	30.000,00
Banco do Brasil - RESTAURAÇÃO DE PRÉDIOS HISTÓRICOS.....	0,00
Banco do Brasil - F.A.P. CULTURA.....	474.622,10
Banco do Brasil - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DO TURISMO	161.179,81
Banco do Brasil - PROGRAMA DE GLICEMIA	56.497,54
Banco do Brasil - FUNDO NAC. SAUDE - RECURSOS MUNICIPAIS	55.549,95
Banco do Brasil - FUNDO NAC. SAUDE - PROG. DOSE CERTA.....	213.847,08
Banco do Brasil - PMP - PISO ATENÇÃO BASICA - PAB ESTADUAL.....	727.765,74
Banco do Brasil - PMP - INVEST. HOSPITAL REGIONAL	39.843,34
Banco do Brasil - FUNDO NAC. SAUDE - PROG. QUALIS - UBS - FASE II.....	0,00
Banco do Brasil - PMP - ATENÇÃO A SAUDE DA POP. PRIVADA DE LIBERDADE .	137.131,56
Banco do Brasil - PMP - REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - RAPS.....	148.513,00
Banco do Brasil - CONTROLE DE GLICEMIA	1.090,36
Banco do Brasil - SEGURO DE VEICULOS	42,54
Banco do Brasil - PMP - SISTEMA VIARIO SHOPPING	0,00
Banco do Brasil - CIDE - CONTROLE INTERV. NO DOMINIO ECON.	246.385,46
Banco do Brasil - P.M.P C/TCI. COM. GESTOR	2.139.747,99
Banco do Brasil - FUNDO DE EDUC.E MANUT. TRANSITO	13.058,41



PIRACICABA CONTRA O RACISMO

Banco do Brasil - PMP - ESTACIONAMENTO ROTATIVO	1.799.233,27
Banco do Brasil - PMP - FUNSET	1.323.045,15
Banco do Brasil - PMP - AEROPORTO MUNICIPAL	21.452,83
Banco do Brasil - PMP - AEROPORTO MUNICIPAL - INFRAERO	21.351,64
Banco do Brasil - CONSTR. DO CAMPO DE F. P. SÃO JORGE	9.684,57
Banco do Brasil - JORI - SERVIÇOS RECR. E CULTURAIS	1.836,98
Banco do Brasil - COB. DA QUADRA CENTRO ESP. DO MORUMBI	10.428,04
Banco do Brasil – PMP – PROJETO ESP. SOCIAL	11.128,86
Banco do Brasil - FUNDO AP. ESPORTE	14.395,84
Banco do Brasil - CONVENIO774338/2012	16.406,12
Banco do Brasil - CONVENIO775272/2012	0,00
Banco do Brasil - BANCO DO POVO	134,00
Banco Santander - HONORARIOS ADVOCATICIOS	126.869,21
Banco Santander - F. EDUC. MANUTENÇÃO DE TRÂNSITO	0,00
Banco Santander – CONTA SALARIO	12.872,52
Banco Santander - CONTA TESOUREIRO/ÚNICA	-1.995,60
Banco Santander - SECRETARIA DE GOVERNO	0,00
Banco Santander - FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	0,00
Banco Santander - PROCURADORIA GERAL	0,00
Banco Santander - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	21.234,84
Banco Santander - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00
Banco Santander - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00
Banco Santander - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIM. SOCIAL	0,00
Banco Santander - FUNDO MUNIC. DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	0,00
Banco Santander - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLV. SOCIAL	0,00
Banco Santander - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUL. E ABASTECIM.	0,00
Banco Santander - SECRETARIA MUNICIPAL DE DEF. DO MEIO AMBIENTE	0,00
Banco Santander - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL	0,00
Banco Santander - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	0,00
Banco Santander - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00
Banco Santander - SECRETARIA MUNICIPAL DO FUNDO DE SAÚDE	0,00
Banco Santander - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES INTERNOS	0,00
Banco Santander - GUARDA CIVIL	0,00
Banco Santander - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSP.	0,00
Banco Santander - SEMDEC - SECRETARIA MUNIC. DESENVOLV. ECONÔMICO ..	0,00
Banco Santander - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESP. LAZER E ATIV. MOT.	0,00
Banco Santander - SEMTRE - SECRETARIA MUNIC. DE TRABALHO E RENDA	0,00
Banco Santander - MDE DECENDIAIS 2016	5.937,88
Banco Santander - FUNDEB 2016	13.033,36
Banco Santander - CONTA C - FUNDEF	0,00
Banco Santander – MOVIMENTO	1.262,79
Caixa Econômica Federal - PMP - FESTA DAS NAÇÕES	164.875,81
Caixa Econômica Federal - PMP - SALARIO	0,00
Caixa Econômica Federal - PPP RSU CONTA PAGAMENTO PIRACICABA	216.336,46
Caixa Econômica Federal - PROJETO EDUC. P/ ESPORTE	0,00
Caixa Econômica Federal - PROJETO EDUC. P/ ESPORTE	0,00
Caixa Econômica Federal – CENTRO	2.348.629,55
Caixa Econômica Federal - 13º SALARIO	0,00
Caixa Econômica Federal – FOLHA DE PAGAMENTO	0,00
Caixa Econômica Federal - PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO	0,00
Caixa Econômica Federal - PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO	114.417,01
Caixa Econômica Federal - MINISTÉRIO DAS CIDADES HAB. INTSOCIAL	0,00
Caixa Econômica Federal - MINISTÉRIO DAS CIDADES HAB. INTSOCIAL	0,00
Caixa Econômica Federal - MINISTÉRIO DAS CIDADES HAB. INTSOCIAL	0,00
Caixa Econômica Federal - MINISTÉRIO DAS CIDADES HAB. INTSOCIAL	0,00
Caixa Econômica Federal - MINISTÉRIO DAS CIDADES EMPREENDIMENTO PIRACICABA I	3.085,86
Caixa Econômica Federal - MINISTÉRIO DAS CIDADES EMPREENDIMENTO PIRACICABA II	2.930,64
Caixa Econômica Federal - MINISTÉRIO DAS CIDADES EMPREENDIMENTO PIRACICABA III	3.283,96
Caixa Econômica Federal - FNHIS - PROG.URBANIZ. IAA E T.BANANAL	0,00
Caixa Econômica Federal - FNHIS - PROG.URBANIZ. IAA E T.BANANAL	42.076,16
Caixa Econômica Federal - PROGRAMA DE URB. E PAVIM. (EMDHAP)	134,86
Caixa Econômica Federal - PROGRAMA DE URB. E PAVIM. (EMDHAP)	87.260,53
Caixa Econômica Federal - PROGRAMA DE URB. E PAVIM. (EMDHAP)	0,00
Caixa Econômica Federal - PROGRAMA DE URB. E PAVIM. (EMDHAP)	22.156,51
Caixa Econômica Federal - PRO MORADIA BOSQUE DOS LENHEIROS	2.200,27
Caixa Econômica Federal – BANCO SOCIAL II	2.898.075,78
Caixa Econômica Federal – CONSTRUÇÃO DO CREAS	39.705,76
Caixa Econômica Federal - AQUISICAO DE RETROESCAVADEIRA	0,00
Caixa Econômica Federal - AQUISICAO DE RETROESCAVADEIRA	0,00
Caixa Econômica Federal - AQUISICAO DE ROLO COMPRESSOR	310.294,22
Caixa Econômica Federal - MINISTERIO DOS ESP. P/ FESTA AVIATORIA	0,00
Caixa Econômica Federal - MINIST. DOS ESP. P/ FESTA AVIATÓRIA	0,00
Caixa Econômica Federal - PROG. DE ASS.. FARMACÉUTICA BASICA	359.839,14
Caixa Econômica Federal - ATENÇÃO BÁSICA	6.209,17
Caixa Econômica Federal - PROG. DE FINANC. AÇÕES DE AL. E NUTR.	107.620,80
Caixa Econômica Federal - MEDIA E ALTA COMP. AMB. E HOSPITALAR	4.285.260,23
Caixa Econômica Federal - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	712.488,06
Caixa Econômica Federal - AQUISICAO DE EQUIP. ODONTOLÓGICOS	8.956,26
Caixa Econômica Federal - FMS FNSINVIG	5.141,32
Caixa Econômica Federal - FNS COVENENTE PROJETOS DE EQUIPAMENTOS ..	912.879,42
Caixa Econômica Federal - REF. DO CENTRO DE DOENÇAS INFECTO CONT	0,00
Caixa Econômica Federal - REF. DO CENTRO DE DOENÇAS INFECTO CONT	0,00
Caixa Econômica Federal - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SENASP	0,00
Caixa Econômica Federal - PMP. GUARDA CIVIL	0,00
Caixa Econômica Federal - PMP. GUARDA CIVIL	218,71
Caixa Econômica Federal – PMP – MINISTERIO DA JUSTIÇA/SENASP	46.164,70
Caixa Econômica Federal - URBANIZ. REG. DO B. S.FRANC/BONGUE	0,00
Caixa Econômica Federal – PAC MOBILIDADE URB	2.988.552,64
Caixa Econômica Federal - PMP FUNDO NAC TRANSITO MULT	8.978.600,48
Caixa Econômica Federal – REFORMA ESTADIO MUN. BARÃO SERRA NEGRA ..	126.966,62

Balancete da Receita					
FEVEREIRO/2017					
TIPO DE ADMINISTRAÇÃO: DIRETA + FUNDOS DA DIRETA					
NATUREZA	NOME DA NATUREZA	RECEITA PREVISTA INICIAL	RECEITA ATUALIZADA	RECEITA ARRECADADA NO MÊS	RECEITA A REALIZAR NO ANO
10000000	RECEITAS CORRENTES	1.356.005.100,00	1.356.005.100,00	84.395.888,24	209.120.949,78
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	386.525.000,00	386.525.000,00	20.637.821,75	39.916.076,28
11100000	IMPOSTOS	348.500.000,00	348.500.000,00	19.194.648,29	38.038.677,40
11120201	IPTU-IMPOSTO S/PROPR.PREDIAL TERRIT.URBANA	98.000.000,00	98.000.000,00	2.472.813,19	2.649.163,04
11120431	RETIDO NAS FONTES-IR	49.000.000,00	49.000.000,00	3.505.690,19	7.395.600,48
11120801	ITBI-IMPOSTO S/TRANSMISSAO BENS IMOVEIS	30.000.000,00	30.000.000,00	2.550.230,74	4.226.053,17
11130501	I.S.S. - EMPRESA	134.000.000,00	134.000.000,00	8.371.335,78	18.785.948,55
11130502	I.S.S. - AUTONOMO	3.500.000,00	3.500.000,00	279,71	15.917,00
11130504	I.S.S. - SIMPLES NACIONAL	34.000.000,00	34.000.000,00	2.294.298,68	4.965.995,16
11200000	TAXAS	35.525.000,00	35.525.000,00	1.387.443,37	1.720.406,77
11210001	TAXA PARA EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	5.500.000,00	5.500.000,00	3.672,23	33.028,07
11211701	TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA	350.000,00	350.000,00	24.101,76	41.008,69
11212101	TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
11212501	TAXA DE LICENCA PARA EVENTOS	40.000,00	40.000,00	5.525,01	9.011,04
11213001	TAXA DE VISTORIA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO	80.000,00	80.000,00	6.466,32	24.338,71
11222801	TAXA DE CEMITERIOS	1.000.000,00	1.000.000,00	104.963,97	302.137,27
11229001	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	27.535.000,00	27.535.000,00	1.228.984,39	1.285.376,96
11229901	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.000.000,00	1.000.000,00	13.729,69	25.506,03
11300000	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	2.500.000,00	2.500.000,00	55.730,09	156.992,11
11300201	CONTR. DE MELHORIA P/EXP. DA REDE ILUMINACAO	550.000,00	550.000,00	3,57	3,57
11300401	CONTR. DE MELHORIA P/PAVIM. DE OBRAS	1.950.000,00	1.950.000,00	55.726,52	156.988,54
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	20.500.000,00	20.500.000,00	537.726,97	1.181.721,35
13100000	RECEITAS IMOBILIARIAS	500.000,00	500.000,00	243,07	486,14
13110100	ALUGUEIS	500.000,00	500.000,00	243,07	486,14
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	20.000.000,00	20.000.000,00	524.007,12	1.163.070,65
13250102	REMUN. DE DEP. DE REC. VINC. FUNDEB	0,00	0,00	54.759,15	89.884,13
13250103	REMUN. DE DEP. DE REC. VINC. F.SAUDE	0,00	0,00	42.079,91	114.631,79
13250105	REMUN. DE DEP. DE REC. VINC. MDE	0,00	0,00	929,27	11.362,62
13250107	REMUN. DE DEP. DE REC. VINC. FUNDETUR	0,00	0,00	927,46	2.093,62
13250108	REMUN. DE DEP. DE REC. VINC. EDUCACAO	0,00	0,00	30.977,00	63.527,88
13250109	REMUN. DE DEP. DE REC. VINC. CIDE	0,00	0,00	1.160,78	2.597,38
13250199	REMUN.DE OUTROS DEP. DE RECURSOS VINCUL	4.340.110,00	4.340.110,00	179.996,46	402.963,01
13250201	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE POUPANCA	2.308.000,00	2.308.000,00	1.078,16	1.978,73
13250299	REMUNERACAO DE OUTROS DEPOS. DE REC. NAO VINC	13.351.890,00	13.351.890,00	212.098,93	474.031,49
13300000	RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	0,00	0,00	13.476,78	18.164,56
13330200	CONCESSAO DE AREA AEROPORTUARIA	0,00	0,00	13.476,78	18.164,56
16000000	RECEITA DE SERVICOS	800.000,00	800.000,00	115.000,00	115.000,00
16000000	RECEITA DE SERVICOS	800.000,00	800.000,00	115.000,00	115.000,00
16001301	SERV.DE INSCR. EM CONCURSOS PUBLICOS	800.000,00	800.000,00	115.000,00	115.000,00
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	882.686.000,00	882.686.000,00	59.854.101,59	160.165.929,16
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	862.475.000,00	862.475.000,00	58.594.753,67	158.741.146,07
17210102	COTA PARTE DO F.P.M. - COTA MENSAL	67.000.000,00	67.000.000,00	6.658.805,94	11.852.991,39
17210105	COTA-PARTE ITR-IMP S/PROPR. TERRIT.E RURAL	1.500.000,00	1.500.000,00	744,81	56.284,00
17212211	COTA-PARTE DA COMP. FINANC. DE REC. HIDRICOS	200.000,00	200.000,00	18.850,79	18.850,79
17212220	COTA-PARTE DA COMP. FINANC. DE REC. MINERAIS	300.000,00	300.000,00	12.230,23	25.966,97
17212230	COTA-PARTE ROYALTIES - PETROLEO	70.000,00	70.000,00	7.167,45	21.949,73
17212270	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO-FEP	800.000,00	800.000,00	66.049,80	115.538,61
17213301	PAB-PISO ATENCAO BASICA	18.000.000,00	18.000.000,00	2.017.410,14	2.726.421,56
17213302	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	89.500.000,00	89.500.000,00	8.212.421,12	14.620.747,14
17213303	TVS TETO VIGILANCIA SAUDE	2.300.000,00	2.300.000,00	160.500,47	381.363,16
17213304	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	1.900.000,00	1.900.000,00	156.758,28	156.758,28
17213305	GESTAO DO SUS	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00
17213306	PROGRAMA RESIDENCIA MEDICA	768.000,00	768.000,00	0,00	0,00
17213307	HOSPITAL PUBLICO REGIONAL - GESTAO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
17213501	FNDE - QUOTA MUNICIPAL SALARIO-EDUCACAO	22.500.000,00	22.500.000,00	2.990.363,85	4.657.065,71
17213502	FNDE - PROGRAMA NAC. DE ALIM. ESCOLAR	7.000.000,00	7.000.000,00	0,00	0,00
17213503	FNDE - TRANSPORTE ESCOLAR / PNATE	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00
17213504	FNDE - MANUT.DA ED.INFANTIL	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00
17213601	TRANSF.FINANC. DO ICMS-DESONERACAO-L.C	1.800.000,00	1.800.000,00	145.859,66	291.719,32
17219901	FEX-AUX. FINANC. P/FOMENTO A EXPORTACOES	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00
17220101	COTA-PARTE DO I.C.M.S	412.629.000,00	412.629.000,00	15.352.634,75	50.974.633,02
17220102	COTA-PARTE DO I.P.V.A	90.000.000,00	90.000.000,00	14.310.921,36	46.678.520,01
17220104	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTACAO	3.000.000,00	3.000.000,00	180.626,17	390.492,91
17220113	COTA-PARTE DA CIDE-CONTR.INTERV.DOM.ECON.	500.000,00	500.000,00	0,00	126.723,82
17222230	COTA-PARTE ROYALTIES - PETROLEO	700.000,00	700.000,00	131.205,48	221.597,02
17223301	PROGRAMA DE CONTROLE DE GLICEMIA	200.000,00	200.000,00	46.105,00	46.105,00
17223302	MEDICAMENTOS DOSE CERTA	870.000,00	870.000,00	217.617,37	217.617,37
17223303	PAB-PISO ATENCAO BASICA-ESTADUAL	1.180.000,00	1.180.000,00	100.998,25	323.106,75
17223304	SAUDE PRISIONAL	756.000,00	756.000,00	378.000,00	378.000,00
17223306	REDE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00
17240101	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB	135.000.000,00	135.000.000,00	7.631.479,25	24.458.693,51
17600000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	20.211.000,00	20.211.000,00	1.259.347,92	1.424.783,09
17610301	PSB - PISO BASICO FIXO	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00
17610303	PSB - IGD BOLSA FAMILIA	430.000,00	430.000,00	33.930,94	67.308,80
17610304	ACOES ESTRATEGICAS DO P.E.T.I.	105.500,00	105.500,00	0,00	8.300,00
17610305	PSE - IGD DO SUAS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
17610306	PSB - BPC NA ESCOLA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
17610307	PSE - PISO DE ALTA COMPL. I	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00
17610310	PSE - PISO FIXO MEDIA COMPLEX.	980.000,00	980.000,00	0,00	0,00
17610313	APRIMORA REDE	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00
17610314	BL PSB FNAS	0,00	0,00	94.850,00	94.850,00
17610315	BL PSEM C FNAS	0,00	0,00	80.785,00	80.785,00
17610316	BL PSEAC FNAS	0,00	0,00	74.000,00	74.000,00
17619901	MINISTERIO DO TRABALHO -C.A.T	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00
17620201	FUNDESP - MERENDA ESCOLAR	5.560.000,00	5.560.000,00	0,00	0,00
17620202	FUNDESP - TRANSP. ESCOLAR	6.200.000,00	6.200.000,00	771.961,80	771.961,80
17620203	FUNDESP - TRANSP. ESCOLAR-ENS. MEDIO	2.800.000,00	2.800.000,00	0,00	0,00
17629901	PROTECAO SOCIAL BASICA	300.000,00	300.000,00	22.302,65	56.859,18
17629902	PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	0,00	0,00	51.109,82	102.657,68



17629903	PSB-BENEFÍCIOS EVENTUAIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
17629905	PSE - MEDIA COMPLEXIDADE	300.000,00	300.000,00	24.298,61	37.602,03	262.397,97
17629906	FUNDAÇÃO - PROCON	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
17629907	PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	650.000,00
17630101	CONV. DE COOPERAÇÃO	0,00	0,00	106.109,10	130.458,60	-130.458,60
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	65.494.100,00	65.494.100,00	3.251.237,93	7.742.222,99	57.751.877,01
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	15.699.300,00	15.699.300,00	910.648,64	2.229.184,03	13.470.115,97
19113801	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU	700.000,00	700.000,00	78,91	4.819,99	695.180,01
19113901	MULTAS E JUROS DO I.T.B.I. -I.V.	0,00	0,00	23.953,41	72.580,90	-72.580,90
19114001	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
19119901	MULTAS E JUROS DE MORA S/OUTROS TRIBUTOS	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
19159901	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA D.A.DE O.REC	0,00	0,00	54,48	54,48	-54,48
19189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19191501	MULTAS DE TRANSITO	12.650.000,00	12.650.000,00	867.899,31	2.096.325,21	10.553.674,79
19192701	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	150.000,00	150.000,00	5.370,00	8.466,00	141.534,00
19195001	MULTAS POR AUTO DE INFRAÇÃO	350.000,00	350.000,00	911,60	14.062,03	335.937,97
19199901	AUTO DE INFRAÇÃO NAO TRIBUTARIO	10.000,00	10.000,00	9.564,32	28.552,07	-18.552,07
19199902	AUTO DE INFRAÇÃO DE EDIFICAÇÕES	7.000,00	7.000,00	0,00	22,88	6.977,12
19199903	AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
19199904	AUTO INFRAÇÃO NAO TRIB. - MATO ALTO	42.000,00	42.000,00	364,00	1.847,86	40.152,14
19199905	AUTO INFRAÇÃO NAO TRIB. - ARBORIZAÇÃO	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
19199906	AUTO INFRAÇÃO NAO TRIB. - PERTURB.SOSSEGO PUB.	7.000,00	7.000,00	2.452,61	2.452,61	4.547,39
19199907	AUTO INFRAÇÃO NAO TRIB. - CIDADE LIMPA	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
19199908	AUTO INFRAÇÃO NAO TRIB. - ENTULHO	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
19199909	AUTO INFRAÇÃO NAO TRIB. - EMPACHAMENTO	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
19199910	AUTO INFRAÇÃO NAO TRIB. - FOGO	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
19199911	AUTO INFRAÇÃO NAO TRIB. - AREA VERDE	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
19199912	AUTO INFRAÇÃO NAO TRIB. - ANIMAIS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
19199913	AUTO INFRAÇÃO NAO TRIB. - LIMP. GERAL IMOVEL	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
19199914	AUTO INFRAÇÃO NAO TRIB. - CAÇAMBA	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
19199915	AUTO INFRAÇÃO NAO TRIB. - SEDEMA DIVERSOS	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
19199916	AUTO DE INFRAÇÃO TRIBUTARIO IMOBILIARIO	598.300,00	598.300,00	0,00	0,00	598.300,00
19200000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.900.000,00	1.900.000,00	8.584,55	33.778,38	1.866.221,62
19220101	RESTITUIÇÕES DE CONVENIOS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
19229901	RESTITUIÇÕES DIVERSAS	1.400.000,00	1.400.000,00	7.121,88	29.890,30	1.370.109,70
19229902	RESTITUIÇÕES DA FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	0,00	1.462,67	3.795,94	-3.795,94
19229903	REST. DE ADIANTAMENTO PARTE NAO UTILIZADA	0,00	0,00	0,00	92,14	-92,14
19300000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	40.170.800,00	40.170.800,00	2.188.695,74	5.089.406,46	35.081.393,54
19311101	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO I.P.T.U.	20.000.000,00	20.000.000,00	1.146.746,71	2.950.128,97	17.049.871,03
19311301	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO I.S.S.	10.000.000,00	10.000.000,00	501.617,14	1.125.056,64	8.874.943,36
19319901	REC.DÍVIDAATIVA - OUTROS TRIBUTOS	7.000.000,00	7.000.000,00	490.800,29	903.018,97	6.096.981,03
19329901	REC.DA DÍVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA O.RECEITAS	3.170.800,00	3.170.800,00	49.531,60	111.201,88	3.059.598,12
19900000	RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	7.724.000,00	7.724.000,00	143.309,00	389.854,12	7.334.145,88
19900301	RECEITA DE LEIÕES DE MERCADORIAS APREENDIDAS	68.000,00	68.000,00	0,00	0,00	68.000,00
19909901	EVENTUAIS	2.000.000,00	2.000.000,00	50.081,66	51.148,68	1.948.851,32
19909902	VENDA DE MATERIAL RECICLAVEL	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
19909903	FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	785.000,00	785.000,00	0,00	0,00	785.000,00
19909904	FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
19909905	FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIRO	810.000,00	810.000,00	0,00	0,00	810.000,00
19909906	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITO DA CRIAN/ADOL	1.390.000,00	1.390.000,00	0,00	188.713,05	1.201.286,95
19909907	FUNDO MUNICIPAL DE COMBATE AS DROGAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
19909908	FUNDEFIC-FUNDO DESENV. DA PESSOA C/DEFIC.	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
19909909	PROGRAMA CORREIO COMUNITARIO	60.000,00	60.000,00	0,00	4.260,87	55.739,13
19909910	FUNDO DE APOIO A CULTURA	500.000,00	500.000,00	16.578,00	20.386,00	479.614,00
19909911	FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	20.000,00	20.000,00	1.335,09	6.603,22	13.396,78
19909912	PUBLIC. NO SIST.INTEGR. COL.URBANO	35.000,00	35.000,00	3.000,00	4.077,68	30.922,32
19909913	GESTÃO DO TERMINAL RODOVIARIO INTERMUNICIPAL	75.000,00	75.000,00	9.709,24	9.709,24	65.290,76
19909914	ROT-REMUN.PELA OUTORGA DA CONCESSÃO	150.000,00	150.000,00	10.737,24	21.474,48	128.525,52
19909915	ESTACIONAMENTO ROTATIVO	500.000,00	500.000,00	40.802,95	40.802,95	459.197,05
19909916	FUNDO DE APOIO AO ESPORTE	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
19909917	FUNGAPPP-FUNDO GARANTIA PARCERIA PUB.PRIVADA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
19909918	FUMDEMA-FUN.MUN.DEF.MEIO AMBIENTE	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
19909919	TAXA DE UTILIZAÇÃO DE PRÓPRIO PÚBLICO	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	23.161,50	1.226.838,50
19909935	AEROPORTO MUNICIPAL - INFRAERO	0,00	0,00	11.056,56	19.508,19	-19.508,19
19909936	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
19909999	OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	8,26	8,26	-8,26
20000000	RECEITAS DE CAPITAL	25.194.000,00	25.194.000,00	12.998,74	3.829.253,20	21.364.746,80
21000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	23.200.000,00	23.200.000,00	0,00	3.765.929,85	19.434.070,15
21100000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	23.200.000,00	23.200.000,00	0,00	3.765.929,85	19.434.070,15
21149901	PAC - MOBILIDADE	23.200.000,00	23.200.000,00	0,00	3.765.929,85	19.434.070,15
22000000	ALIENAÇÃO DE BENS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
22100000	ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
22190002	ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS USADOS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
24000000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.494.000,00	1.494.000,00	12.998,74	63.323,35	1.430.676,65
24200000	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	50.000,00	50.000,00	12.998,74	33.323,35	16.676,65
24219901	MINIST. DAS CIDADES - FNHIS	0,00	0,00	12.998,74	33.323,35	-33.323,35
24219902	MINISTERIO DO TRABALHO-C.A.T.	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
24700000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	1.444.000,00	1.444.000,00	0,00	30.000,00	1.414.000,00
24710101	HOSPITAL PÚBLICO REGIONAL - OBRAS COMPL.	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
24710102	IMPLANTAR UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
24710103	ATENDIMENTO A DEPENDENTES QUÍMICOS	1.440.000,00	1.440.000,00	0,00	0,00	1.440.000,00
24710104	REESTRUTURAÇÃO REDE ATENÇÃO SAÚDE MENTAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
24720101	HOSPITAL PÚBLICO REGIONAL OBRAS COMPL.	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
24729906	TRANSF. CONVENIO ESTADO - ACADEMIA	0,00	0,00	0,00	30.000,00	-30.000,00
90000000	-115.185.800,00	-115.185.800,00	-7.329.918,47	-22.048.928,01	-93.136.871,99
97000000	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-115.185.800,00	-115.185.800,00	-7.329.918,47	-22.048.928,01	-93.136.871,99
97200000	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-115.185.800,00	-115.185.800,00	-7.329.918,47	-22.048.928,01	-93.136.871,99
97210102	* DEDUCAO DE RECEITA P/FORM.DO FUNDEB-FPM	-13.400.000,00	-13.400.000,00	-1.331.761,12	-2.370.598,16	-11.029.401,84
97210105	* DEDUCAO DE RECEITA P/FORM.DO FUNDEB-ITR	-300.000,00	-300.000,00	-148,95	-11.256,78	-288.743,22
97213601	* DEDUCAO DE RECEITA P/FORM.DO FUNDEB-ICMS DE	-360.000,00	-360.000,00	-29.171,93	-58.343,86	-301.656,14
97220101	* DEDUCAO DE RECEITA P/FORM.DO FUNDEB-ICMS	-82.525.800,00	-82.525.800,00	-3.070.526,94	-10.194.926,57	-72.330.873,43
97220102	* DEDUCAO DE RECEITA P/FORM.DO FUNDEB-IPVA	-18.000.000,00	-18.000.000,00	-2.862.184,29	-9.335.704,05	-8.664.295,95
97220104	* DEDUCAO DE RECEITA P/FORM.DO FUNDEB-IP-EXP	-600.000,00	-600.000,00	-36.125,24	-78.098,59	-521.901,41
TOTAL DA RECEITA	1.266.013.300,00	1.266.013.300,00	77.078.968,51	190.901.274,97	1.075.112.025,03	

Observamos que o total arrecadado de impostos e transferências Intergovernamentais corresponde no mínimo 25% ao ensino e 15% a saúde e as transferências de convênios são verbas com gastos específicos.

Adriana Gallina Paes Mascarim Contadora	Telma Trimer de Oliveira Pereira Diretora Depto Adm.Financeira	José Admírmoraes Leite Secretário Municipal de Finanças
--	---	--

Divisão de Fiscalização de Atividades Industriais Comerciais e Serviços	
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 04 / 2017	
Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou Representante legal, do(s) estabelecimento(s) abaixo relacionados(s) para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização de Atividades Industriais Comerciais e Serviços do Departamento de Administração Fazendária, para tratar de assuntos relacionados a sua Inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes - C.M.C. e outros assuntos pertinentes.	
O não comparecimento do presente Edital, implicará: a) No cancelamento da Inscrição Municipal, pela forma EX-OFÍCIO, nos termos do Artigo 21, Parágrafo 3º do Decreto nº 5.354/90 - SEM PREJUÍZO DOS DÉBITOS EXISTENTES; b) Arquivamento do pedido.	
Piraicicaba, 21 de março de 2017.	
CONTRIBUINTE	PROCESSO Nº
SUPER TEK COMERCIO DE OLEO E ACESSORIOS LTDA	7099/1975
WILSON JESUS SARTO	8145/1975
TELEMECANIQUE S/A	10535/1975
TRANSPORTADORA TRANZEM LTDA	6194/1977
TONY YOUSSEF NADER	916/1978
VIDRAÇARIA SÃO JACINTO LTDA ME	9413/1985
SANTOS & MUNIZ LTDA	12646/1994
ZAIA & CERONI LTDA ME	6043/1995
FACEVI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	12384/1995
MARIA DO SOCORRO BATISTA DE CARVALHO	11936/1995
MENDES & GOMES LTDA	17071/1995
F. D. ROSA & CIA LTDA	3299/1995
ESTRELA BARROS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	16657/1995
AMARAL & MISAWA LTDA	2878/1996
PEDRO LUIS MILLAS ME	6131/1997
ALINE BAPTISTA ME	131154/2008
TRANSPORTADORA JUNQUEIRA LTDA	41765/2017
VANDA MARIA DE CASTRO	41775/2017

Departamento de Administração Fazendária	
Divisão de Fiscalização	
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 35/2017	
Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou representante legal, da empresa relacionada abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Tributária, para tratar de assuntos relacionados ao Processo Administrativo, quitação de débitos de Imposto Sobre Serviços – ISS e outros assuntos pertinentes, relacionado ao Processo Administrativo de Cancelamento de Inscrição nº 13970/2009, que deu origem à Notificação de Lançamento nº71158, de 15/03/2017 e aos Autos de Infração nº72695 de 13/03/2017 e nº72702, de 15/03/2017.	
O não comparecimento do presente Edital, implicará no lançamento dos referidos débitos em Dívida Ativa, nos termos do Artigo 44, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal). O contribuinte poderá impugnar a presente exigência fiscal, independente de prévio depósito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas, nos termos do Artigo 446 Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal).	
Piraicicaba, 15 de março de 2017.	
CONTRIBUINTE: V L A NEVES - ME END.: R. BRAGANÇA PAULISTA, 295, ELDORADO - PIRACICABA/SP CEP: 13421-590 - CPD: 614979 - CNPJ: 10.598.470/0001-52	

Departamento de Administração Fazendária	
Divisão de Fiscalização	
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 36/2017	
Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou representante legal, da empresa relacionada abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Tributária, para tratar de assuntos relacionados ao Processo Administrativo, quitação de débitos de Imposto Sobre Serviços – ISS e outros assuntos pertinentes, relacionado ao Processo Administrativo de Cancelamento de Inscrição nº 117998/2012, que deu origem à Notificação de Lançamento nº71159, de 15/03/2017 e aos Autos de Infração nº72697 de 13/03/2017 e nº72703, de 15/03/2017.	
O não comparecimento do presente Edital, implicará no lançamento dos referidos débitos em Dívida Ativa, nos termos do Artigo 44, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal). O contribuinte poderá impugnar a presente exigência fiscal, independente de prévio depósito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas, nos termos do Artigo 446 Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal).	
Piraicicaba, 15 de março de 2017.	
CONTRIBUINTE: BRINKADEIRAS LOCAÇÕES DE BRINQUEDOS LTDA - ME END.: R. VALERIANO ANTONIO BENATO, 121, DOIS CÓRREGOS - PIRACICABA/SP CEP: 13420-838 - CPD: 625776 - CNPJ: 16.788.946/0001-02	

Departamento de Administração Fazendária

Divisão de Fiscalização

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 37/2017

Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou representante legal, da empresa relacionada abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Tributária, para tratar de assuntos relacionados ao Processo Administrativo, quitação de débitos de Imposto Sobre Serviços – ISS e outros assuntos pertinentes, relacionado ao Processo Administrativo de Levantamento Específico nº 45627/2016, que deu origem às Notificações de Lançamento nº71160 e 71161 e aos Autos de Infração nº72705, 72706 e 72707 todos de 16/03/2017.

O não comparecimento do presente Edital, implicará no lançamento dos referidos débitos em Dívida Ativa, nos termos do Artigo 44, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal). O contribuinte poderá impugnar a presente exigência fiscal, independente de prévio depósito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas, nos termos do Artigo 446 Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal).

Piracicaba, 16 de março de 2017.

CONTRIBUINTE:
A. W. FERNANDES TRANSPORTES E LOCAÇÕES - ME
END.: R. UBERABA, 29, TAQUARAL - PIRACICABA/SP
CEP: 13423-510 - CPD: 619480 - CNPJ: 12.494.392/0001-71

Departamento de Administração Fazendária

Divisão de Fiscalização

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 38/2017

Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou Representante legal, da empresa relacionada abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Tributária, para tratar de assuntos relacionados ao levantamento fiscal específico, quitação de débitos de Imposto Sobre Serviços – ISS e outros assuntos pertinentes, relacionado ao Processo Administrativo de Levantamento Específico No. 185460/2015, de todos os procedimentos adotados no presente processo, todos aplicados na data de 17/03/2017: T.I.A.F. nº 11.447 (fls. 12); Notificações Preliminares nº 51.690 e 41.343 (fls. 09 e 14).

O não comparecimento do presente Edital implicará no lançamento dos referidos débitos em Dívida Ativa, nos termos do Artigo 44, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal). O contribuinte poderá impugnar a presente exigência fiscal, independente de prévio depósito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas, nos termos do Artigo 446 Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal).

Piracicaba, 17 de Março de 2.017

CONTRIBUINTE:
WORLD CAR ASSISTÊNCIA 24 HORAS LTDA ME
RUA VALPARAÍSO, 355 – PARQUE PEORIA – PIRACICABA/SP
CEP 13428-603 – CNPJ 11.126.151/0001-07 – CPD 624202

Departamento de Administração Fazendária

Divisão de Fiscalização

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 39/2017

Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou Representante legal, da empresa relacionada abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Tributária, para tratar de assuntos relacionados ao levantamento fiscal específico, quitação de débitos de Imposto Sobre Serviços – ISS e outros assuntos pertinentes, relacionados ao Processo Administrativo de Levantamento Específico No. 99042/2016, sendo que foram aplicados na data de 20/03/2017, os procedimentos que seguem: Notificação de Lançamento No. 51.360 e Auto de Infração e Imposição de Multa Nº 61.565 e 61.566.

O não comparecimento do presente Edital, implicará no lançamento dos referidos débitos em Dívida Ativa, nos termos do Artigo 44, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal). O contribuinte poderá impugnar a presente exigência fiscal, independente de prévio depósito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas, nos termos do Artigo 446 Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal).

Piracicaba, 20 de março de 2.017.

CONTRIBUINTE:
B.A.RODRIGUES AFIAÇÃO ME
RUA TUPIS, 362 - PIRACICABA/SP
CEP 13.424-302 - CNPJ 14.052.598/0001-77 – CPD: 622292.

Departamento de Administração Financeira

Em atendimento a Lei Federal 9452 de 20 de março de 1997 informamos que os recursos recebidos da união foram os seguintes:

PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO
COTA PARTE DO F.P.M.

DATA	VALOR RECEBIDO
20/03/2017	408.340,85

COTA-PARTE ITR- IMP.S/PROPR. TERRIT. RURAL

DATA	VALOR RECEBIDO
20/03/2017	232,15

CONVÊNIOS REPASSADOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE
PAB-PISO ATENÇÃO BÁSICA

DATA	VALOR RECEBIDO
20/03/2017	136.300,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 377/2016

PROCESSO Nº 177.717/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento parcelado de medicamentos

PREÇO REGISTRADO

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
03	2.100	AMP	HALOPERIDOL 5MG/ML, solução injetável, ampola 1ml.	R\$ 1,19	R\$ 2.499,00

Item 03 – Controll Pharma Comércio de Medicamentos Ltda - ME

CENTRO DE CONTROLE DE ZONOSSES

AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA

SEGUE ABAIXO RELAÇÃO DOS NOMES DOS PROPRIETÁRIOS AUTUADOS, DE IMÓVEIS ABANDONADOS OU HABITADOS, QUE, A PRINCÍPIO, FORAM NOTIFICADOS PARA AGENDAR VISTORIA RELACIONADA AO CONTROLE E COMBATE AO AEDES, PORÉM NÃO RETORNARAM OU NÃO ADOTARAM AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA IMPEDIR A PROLIFERAÇÃO DO MOSQUITO AEDES AEGYPTI, CONFORME O ARTIGO 22 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/06 , DECRETO Nº 15.751/14 E LEI COMPLEMENTAR Nº 221/08:

COMUNICAMOS AINDA QUE NOS CASOS DE IMÓVEIS DESABITADOS E/OU ABANDONADOS, OS MESMOS ESTÃO SUJEITOS À ENTRADA FORÇADA ACOMPANHADA PELO PELOTÃO AMBIENTAL OU GUARDA CIVIL E CHAVEIRO PARA LIMPEZA E RETIRADA DE MATERIAIS QUE SEJAM POTENCIAIS CRIADOUROS DO MOSQUITO AEDES, CONFORME DECRETO 15.751/14

NOME..... AUTO DE INFRAÇÃO

ACYR PEREIRA 0384

SERGIO APARECIDO SILVEIRA 0379

MARIA BELLONI SBRAVATTI 0427

EMPRESAMUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR 0428

TARLEI ARRIEL BOTREL 0434

CALISTO BONFIM CARDOSO 0437

JORGE PREZOTTO 0453

SANTO ANTONIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS 0449

JULIO CEZAR 0438

LUCIANA BLUMER 0429

DOMINGOS PUZI 0439

CONSTRUTORA ABDO S/A 0451

CENTRO DE CONTROLE DE ZONOSSES

RECURSO CONTRA IMPOSIÇÃO DE MULTA

SEGUE ABAIXO RECURSOS CONTRA IMPOSIÇÃO DE MULTA QUE FORAM ACATADOS E DEFERIDOS PELO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,, CONFORME DECRETO Nº 15.751/14:

NOME..... Nº DO PROCESSO

PEDRO ALVES DE CAMPOS 196072/16

DANIEL BONSI NEGRI 153914/16

LAURO WENZEL 189071/16

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

A Prefeitura Municipal de Piracicaba, vem por meio desta, NOTIFICAR a empresa DISCOPEL GRÁFICA E EDITORA LTDA. ME, com sede à Rua Antônio Carlos, nº 596, na cidade de Valinhos/SP, na pessoa de seu Represente Legal, que há que ser aplicada uma penalidade de ADVERTÊNCIA, uma vez que ficou comprovada a inexecução parcial do contrato, abrindo-se vistas dos autos e prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa.

Piracicaba, 08 de março de 2017

José Antonio de Godoy
Secretário Municipal de Governo

PROCURADORIA GERAL

Contratada: TECNO DESIGN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. – CNPJ nº 74.451.378/0001-48 (SAÚDE)

Contrato nº 322/2017.

Proc. Admin.: nº 17.761/2017.

Licitação: Pregão Presencial nº 11/2017.

Objeto: aquisição de conjunto de gerador de raios-x.

Valor: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

Prazo: até a entrega definitiva.

Data: 22/03/2017.

Contratada: TEREZINHA PAIVA 02833253800 – CNPJ nº 17.186.926/0001-16 (SELAM)

Contrato nº 323/2017.

Proc. Admin.: nº 15.660/2017.

Licitação: Pregão Presencial nº 09/2017.

Objeto: prestação de serviços de aulas de yoga.

Valor: R\$ 27.880,00 (vinte e sete mil, oitocentos e oitenta reais).

Prazo: 31/12/2017.

Data: 22/03/2017.

Contratada: NELSON ANTONIO TORIN – ME. – CNPJ nº 39.030.101/0001-40 (EDUCAÇÃO)

Contrato nº 324/2017.

Proc. Admin.: nº 95.395/2016.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 205/2016 – Ata de Registro de Preços nº 421/2016 (válida até 22/09/2017).

Objeto: aquisição de filtro central instalado.

Valor: R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais).

Prazo: 31/12/2017.

Data: 22/03/2017.

Contratada: M. E. DA SILVA LEMOS – ME. – CNPJ nº 19.802.740/0001-70 (EDUCAÇÃO)

Contrato nº 325/2017.

Proc. Admin.: nº 61.597/2016.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 100/2016 – Ata de Registro de Preços nº 334/2016 (válida até 30/06/2017).

Objeto: aquisição de máquina de lavar roupas e tanquinho.

Valor: R\$ 6.640,00 (seis mil, seiscentos e quarenta reais).

Prazo: 30/06/2017.

Data: 22/03/2017.

Contratada: TERESA GAGLIARDI HARA – EPP. – CNPJ nº 58.450.446/0001-06 (SAÚDE)

Contrato nº 326/2017.

Proc. Admin.: nº 80.056/2016.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 199/2016 – Ata de Registro de Preços nº 368/2016 (válida até 05/08/2017).

Objeto: fornecimento parcelado de medicamentos veterinários.

Valor: R\$ 767,79 (setecentos e sessenta e sete reais e setenta e nove centavos).

Prazo: 05/08/2017.

Data: 22/03/2017.

Contratada: MP DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA – EPP. – CNPJ nº 13.763.597/0001-78 (SEMA)

Contrato nº 327/2017.

Proc. Admin.: nº 148.438/2016.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 311/2016.

Objeto: fornecimento parcelado de materiais de construção.

Valor: R\$ 4.390,00 (quatro mil, trezentos e noventa reais).

Prazo: 31/12/2017.

Data: 22/03/2017.



Contratada: BR&SP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME. – CNPJ nº 19.860.197/0001-67 (EDUCAÇÃO)
Contrato nº 328/2017.
Proc. Admin.: nº 108.737/2016.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 233/2016.
Objeto: aquisição de mesa e estante em aço inox.
Valor: R\$ 2.760,00 (dois mil, setecentos e sessenta reais).
Prazo: até a entrega definitiva.
Data: 22/03/2017.

Contratada: MAMUT TECNOLOGIA LTDA – EPP. – CNPJ nº 54.177.761/0001-42 (SAÚDE)
Contrato nº 329/2017.
Proc. Admin.: nº 179.288/2016.
Licitação: Pregão Presencial nº 01/2017.
Objeto: prestação de serviços de assistência técnica para manutenção em gravador de ligações telefônicas.
Valor: R\$ 9.660,00 (nove mil, seiscentos e sessenta reais).
Prazo: 12 (doze) meses.
Data: 22/03/2017.

Contratada: PRATI DONADUZZI & CIA LTDA. – CNPJ nº 73.856.593/0001-66 (SAÚDE)
Contrato nº 330/2017.
Proc. Admin.: nº 53.129/2016.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 78/2016 – Ata de Registro de Preços nº 299/2016 (válida até 03/06/2017).
Objeto: fornecimento parcelado de medicamentos.
Valor: R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais).
Prazo: 31/12/2017.
Data: 22/03/2017.

Contratada: CRESPIM & ALMEIDA LTDA EPP. – CNPJ nº 72.677.933/0001-29 (SAÚDE)
Contrato nº 331/2017.
Proc. Admin.: nº 89.826/2016.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 200/2016 – Ata de Registro de Preços nº 407/2016 (válida até 13/09/2017).
Objeto: fornecimento parcelado de fármacos.
Valor: R\$ 2.334,96 (dois mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos).
Prazo: 31/12/2017.
Data: 22/03/2017.

Contratada: PARADIGMA BUSINESS SOLUTIONS S/A. – CNPJ nº 02.816.751/0001-06 (SAÚDE)
Contrato nº 332/2017.
Proc. Admin.: nº 24.647/2017.
Licitação: Inexigibilidade de Licitação – artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.
Objeto: prestação de serviços de manutenção do sistema de compras eletrônicas utilizado pelo município, denominado “LICITAPIRA”, implantado pela plataforma tecnológica WCC Public, compreendendo as atividades de suporte técnico de informática, manutenção corretiva e evolutiva.
Valor: R\$ 58.667,76 (cinquenta e oito mil, seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos).
Prazo: 12 (doze) meses.
Data: 22/03/2017.

Contratada: OFFICE INFORMÁTICA LTDA – EPP. – CNPJ nº 64.021.033/0001-09 (SEMDES)
Contrato nº 333/2017.
Proc. Admin.: nº 124.468/2016.
Licitação: Pregão Presencial nº 242/2016.
Objeto: prestação de serviços para instalação e interligação de redes, através de fibra óptica, com fornecimento de materiais.
Valor: R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais).
Prazo: 15 (quinze) dias.
Data: 22/03/2017.

Contratada: GRANDFOOD ALIMENTOS EIRELI – EPP. – CNPJ nº 07.798.373/0001-07 (EDUCAÇÃO)
Contrato nº 334/2017.
Proc. Admin.: nº 150.316/2016.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 344/2016.
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios.
Valor: R\$ 24.212,50 (vinte e quatro mil, duzentos e doze reais e cinquenta centavos).
Prazo: 31/12/2017.
Data: 22/03/2017.

Contratada: GRUNOX EQUIPAMENTOS PARA GASTRONOMIA LTDA. – CNPJ nº 10.777.579/0001-57 (EDUCAÇÃO)
Contrato nº 335/2017.
Proc. Admin.: nº 22.976/2016.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 64/2016 – Ata de Registro de Preços nº 311/2016 (válida até 03/06/2017).
Objeto: fornecimento parcelado de eletrodomésticos.
Valor: R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais).
Prazo: 31/12/2017.
Data: 22/03/2017.

Contratada: RAFAEL PASCHOALINI ARTHUSO. – CPF nº 223.795.348-10 (SEMAC)
Contrato nº 336/2017.
Proc. Admin.: nº 152.852/2016.
Fundamento Legal: Leis Federais nº 8.666/93 e nº 9.610/98; e Lei Estadual nº 12.268/06.
Objeto: Realização do Projeto Cultural “Faz barulho aí!”.
Valor: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Prazo: 08 (oito) meses.
Data: 22/03/2017.

Contratada: LUX PAPER INDUSTRIAL LTDA – EPP. – CNPJ nº 19.492.142/0001-41 (SAÚDE)
Contrato nº 337/2017.
Proc. Admin.: nº 94.811/2016.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 208/2016 – Ata de Registro de Preços nº 371/2016 (válida até 11/08/2017).
Objeto: fornecimento parcelado de materiais de higiene.
Valor: R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais).
Prazo: 11/08/2017.
Data: 22/03/2017.

Contratada: DENTAL PRIME – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI – ME. – CNPJ nº 21.504.525/0001-34 (SAÚDE)
Contrato nº 338/2017.
Proc. Admin.: nº 164.647/2016.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 363/2016.
Objeto: fornecimento parcelado de material hospitalar, ambulatorial ou odontológico.
Valor: R\$ 1.706,00 (um mil, setecentos e seis reais).
Prazo: 31/12/2017.
Data: 22/03/2017.

Contratada: DROGAFONTE LTDA. – CNPJ nº 08.778.201/0001-26 (SAÚDE)
Contrato nº 339/2017.
Proc. Admin.: nº 26.839/2016.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 32/2016 – Ata de Registro de Preços nº 246/2016 (válida até 10/05/2017).
Objeto: fornecimento parcelado de medicamentos.
Valor: R\$ 1.220,00 (um mil, duzentos e vinte reais).
Prazo: 31/12/2017.
Data: 22/03/2017.

Aditamento ao Contrato – Contratada: ALBERTO MARTINS VIDIGAL – ME. – CNPJ nº 22.648.686/0001-64 (SAÚDE)
Contrato: n.º 1019/2016.
Proc. Admin.: nº 80.367/2016.
Licitação: Pregão Presencial nº 167/2016.
Objeto: Prestação de serviços de manutenção corretiva em ventiladores, com fornecimento de materiais e mão de obra.
Valor: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).
Prazo: 12 (doze) meses.
Data: 19/07/2016.

DO ADITIVO – SUPRESSÃO
Aditivo nº 1.019/2016-1.
Valor suprimido: R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).
Data: 22/03/2017.

Aditamento ao Contrato de Locação – Locadores: Srs. MARIA ELISA APARECIDA FRANZONI PRADO, REGINA MARIA PRADO COLANTONI E RENATO LUIZ PRADO. (SAÚDE)
Proc. Adm. nº 144.110/2009.
Licitação: Dispensa de Licitação - artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93.
Objeto: locação de imóvel localizado à Rua Moraes Barros, nº 436, Bairro Centro, para a instalação do CEPAN – Coordenadoria do Programa de Alimentação e Nutrição.
Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais.
Prazo: 12 (doze) meses.
Data: 18/01/2010.

DO ADITIVO – PRAZO E VALOR
Termo de Aditamento nº 144.100/2009 – 1/10.
Valor: R\$ 2.993,49 (dois mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta e nove centavos) mensais.
Prazo: 03 (três) meses.
Data: 22/03/2017.

Aditamento ao Contrato de Locação – Locadores: Sr. ANTÔNIO JURAN-DYR COLLUSSO e Sra. MARIA DE LURDES DELANTONIA COLLUSSO. (SAÚDE)
Proc. Admin.: nº 94.767/2009.
Licitação: Dispensa de Licitação - artigo 24, inciso X, c/c art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93.
Objeto: locação de imóvel, localizado à Rua João Pedro Correa, nº 242, Bairro I.A.A., para a instalação do Programa de Saúde da Família.
Valor: R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais.
Prazo: 12 (doze) meses.
Data: 27/08/2009.

DO ADITIVO – PRAZO E VALOR
Termo de Aditamento nº 94.767/2009-1/8.
Prazo: 06 (seis) meses.
Valor: R\$ 1.022,47 (um mil, vinte e dois reais e quarenta e sete centavos) mensais.
Data: 22/03/2017.

Aditamento ao Contrato - Contratada: STEMAC S/A GRUPOS GERADO-RES. – CNPJ nº 92.753.268/0043-71 (SEMAC)
Contrato nº 17.882/2015 – 1/0.
Proc. Admin.: nº 17.882/2015.
Licitação: Inexigibilidade de Licitação – Art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666/93.
Objeto: Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em grupo gerador Stemac 115 KVA de uso exclusivo do Centro de Informática para alimentação dos servidores.
Valor: R\$ 17.880,00 (dezessete mil, oitocentos e oitenta reais).
Prazo: 12 (doze) meses.
Data: 18/08/2015.

DO ADITIVO – ALTERAÇÃO DO ESTABELECIMENTO (FILIAL)
Termo de Aditamento nº 17.882/2015-1/2.
Objeto: Alteração da Cláusula 1.1.
Data: 22/03/2017.

Aditamento ao Contrato – Contratada: ROSARIA HERNANDES DURAN ME. – CNPJ nº 05.321.300/0001-96 (GUARDA CIVIL)
Contrato: n.º 300/2016.
Proc. Admin.: nº 213.966/2015.
Licitação: Pregão Presencial nº 08/2016.
Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva (elétrica e mecânica) em motocicletas, com fornecimentos de peças.
Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Prazo: 12 (doze) meses.
Data: 07/03/2016.

DO ADITIVO – PRAZO
Termo de Aditamento nº 300/2016-1.
Prazo: 12 (doze) meses.
Valor: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).
Data: 06/03/2017.

Contratada: ASSAD ALI SAMMOUR – ME. – CNPJ nº 72.794.571/0001-56 (EDUCAÇÃO)
Código Licitação nº 2016.000.000.131.
Código Ajuste nº 2017.000.000.159.
Contrato nº 342/2017.
Proc. Admin.: nº 150.316/2016.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 344/2016.
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios.
Valor: R\$ 389.100,00 (trezentos e oitenta e nove mil e cem reais).
Prazo: 31/12/2017.
Data: 22/03/2017.

Contratada: JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO EPP. – CNPJ nº 21.940.274/0001-30 (SAÚDE)
Contrato nº 340/2017.
Proc. Admin.: nº 130.593/2016.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 279/2016 – Ata de Registro de Preços nº 58/2017 (Válida até 18/01/2018).
Objeto: fornecimento parcelado de medicamentos.
Valor: R\$ 35.420,30 (trinta e cinco mil, quatrocentos e vinte reais e trinta centavos).
Prazo: 31/12/2017.
Data: 22/03/2017.

Contratada: NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA. – CNPJ nº 52.202.744/0001-92 (SAÚDE)
Contrato nº 321/2017.
Proc. Admin.: nº 22.660/2016.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 24/2016 – Ata de Registro de Preços nº 269/2016 (válida até 13/05/2017).
Objeto: Fornecimento parcelado de materiais de enfermagem.
Valor: R\$ 674,00 (seiscentos e setenta e quatro reais).
Prazo: 31/12/2017.
Data: 22/03/2017.

Aditamento ao Contrato – Contratada: OXITEC DO BRASIL – TECNOLOGIA DE INSETOS LTDA. – CNPJ nº 15.696.374/0001-60 (SAÚDE)
Contrato nº 709/2016.
Proc. Admin.: nº 65.406/2016.
Licitação: Inexigibilidade de Licitação – Art. 25, I, c/c Art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93.
Objeto: Contratação de serviços de combate à dengue, com a utilização de mosquitos geneticamente modificados.
Valor: R\$ 3.577.860,00 (três milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e sessenta reais).
Prazo: 48 (quarenta e oito) meses.
Data: 31/05/2016.

DO ADITIVO – SUPRESSÃO
Aditivo nº 709/2016-1.
Valor suprimido: R\$ 74.538,75 (setenta e quatro mil, quinhentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos).
Data: 22/03/2017.

Contratada: OXITEC DO BRASIL – TECNOLOGIA DE INSETOS LTDA. – CNPJ nº 15.696.374/0001-60 (SAÚDE)
Contrato nº 553/2016.
Proc. Admin.: nº 59.602/2016.
Licitação: Inexigibilidade de Licitação – Art. 25, I, c/c Art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93.
Objeto: Prestação de serviços de combate a dengue, zika e chikungunya com a utilização de mosquitos geneticamente modificados.
Valor: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
Prazo: 12 (doze) meses.
Data: 04/05/2016.

DO ADITIVO – SUPRESSÃO
Aditivo nº 553/2016-1.
Valor suprimido: R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais).
Data: 22/03/2017.

Contratada: CARRONE & CARRONE LTDA – ME. – CNPJ nº 00.752.867/0001-01 (EDUCAÇÃO)
Código Licitação nº 2016.000.000.182.
Código Ajuste nº 2017.000.000.161.
Contrato nº 348/2017.
Proc. Admin.: nº 133.419/2016.
Licitação: Edital de Concorrência nº 40/2016.
Objeto: Execução de projeto na construção e instalação de abrigos de gás botijão P13, com fornecimento de materiais e mão de obra.
Valor: R\$ 180.218,09 (cento e oitenta mil, duzentos e dezoito reais e nove centavos).
Prazo: 120 (cento e vinte) dias.
Data: 23/03/2017.

Torne-se sem efeito a publicação no DOM de 02/03/2017:

Contratada: NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA. – CNPJ nº 52.202.744/0001-92 (SAÚDE)
Contrato nº 199/2017.
Proc. Admin.: nº 22.660/2016.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 24/2016 – Ata de Registro de Preços nº 269/2016 (válida até 13/05/2017).
Objeto: Fornecimento parcelado de materiais de enfermagem.
Valor: R\$ 674,00 (seiscentos e setenta e quatro reais).
Prazo: 31/12/2017.
Data: 01/03/2017.



COMISSÃO PERMANENTE
PROCESSANTE E DE
SINDICÂNCIA

PORTARIA C.P.P.S. Nº 618, DE 15 DE MARÇO DE 2017.
Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 225, da Lei Municipal nº 1.972/72 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Piracicaba, e

CONSIDERANDO que, o disposto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, que dispõe que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” e, que para aplicação da sanção, é necessário a instauração do processo administrativo disciplinar,

R E S O L V E

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para aplicação das penalidades cabíveis, em face de ANTONIO CAETANO DA SILVA, funcionário público municipal, lotado Secretaria Municipal de Saúde, por infringência ao disposto no art. 482, alínea “e”, segunda parte, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, o qual será conduzido pela Comissão Permanente, Processante e de Sindicância, nomeada pela Portaria nº 3.901/2017.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, prorrogáveis, se necessário, por igual período, a pedido do Presidente da Comissão.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Piracicaba, em 15 de março de 2017.

BARJAS NEGRI
Prefeito Municipal

PORTARIA C.P.P.S. Nº 617, DE 15 DE MARÇO DE 2017.
Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 225, da Lei Municipal nº 1.972/72 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Piracicaba, e

CONSIDERANDO que, o disposto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, que dispõe que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” e, que para aplicação da sanção, é necessário a instauração do processo administrativo disciplinar,

R E S O L V E

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para aplicação das penalidades cabíveis, em face de RAPHAEL FERNANDES DA ROCHA, funcionário público municipal, lotado Secretaria Municipal de Saúde, por infringência ao disposto no art. 482, alínea “e” e “h”, segunda parte, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, o qual será conduzido pela Comissão Permanente, Processante e de Sindicância, nomeada pela Portaria nº 3.901/2017.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, prorrogáveis, se necessário, por igual período, a pedido do Presidente da Comissão.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Piracicaba, em 15 de março de 2017.

BARJAS NEGRI
Prefeito Municipal

MARCELO MAGRO MAROUN, Presidente da Comissão Permanente e Processante e de Sindicância, nomeada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, por meio da Portaria nº 3.901/2017, faz saber a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que o DD. Procurador Geral do Município determinou a instauração de Sindicância visando apurar possíveis irregularidades e responsabilidades em furto ocorrido na Unidade Básica de Saúde da Paulicéia/Coréia, conforme Boletim de Ocorrência nº 5170/2016 – 2º D.P., objeto do processo de protocolo nº 44.777/2017.

Piracicaba, 22 de março de 2017.

MARCELO MAGRO MAROUN
Presidente da Comissão

MARCELO MAGRO MAROUN, Presidente da Comissão Permanente e Processante e de Sindicância, nomeada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, por meio da Portaria nº 3.901/2017, faz saber a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que o DD. Procurador Geral do Município determinou a instauração de Sindicância visando apurar possíveis irregularidades e responsabilidades em furto ocorrido no CRAS Novo Horizonte, conforme Boletim de Ocorrência nº 931/2017 – 2º D.P., objeto do processo de protocolo nº 44.776/2017.

Piracicaba, 22 de março de 2017.

MARCELO MAGRO MAROUN
Presidente da Comissão

SERVIÇO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO

SETOR DE PROTOCOLO
Expediente do dia 21 de março de 2017
Protocolados e Encaminhados

Protocolos	Interessados
000921/2017	CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
000922/2017	ROQUE ALVES DE LIMA
000923/2017	PEDRO MARTINS
000924/2017	CÂMARA DE VEREADORES
000925/2017	AGNALDO PEREIRA DA SILVA
000926/2017	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
000927/2017	ANDRÉ DOMINGUES DA SILVA
000928/2017	MAICON DE OLIVEIRA
000929/2017	HMK COMERCIO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EIRELI - ME
000930/2017	HMK COMERCIO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EIRELI - ME
000931/2017	HMK COM E MONTAGEM DE EQUIP DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EIRELI - ME
000932/2017	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
000933/2017	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
000934/2017	ANTONIO JOSE DE JESUS DINI

Despachos

Protocolos	Processo	Interessado
000133/2017	000102/2017	ANA PAULA SOUZA GONZALES RUFINO: "Deferido".
000167/2017	000123/2017	PREFEITURADO MUNICÍPIO DE PIRACICABA: "Deferido".
000169/2017	000125/2017	CAVALCANTE & FILHO: "Deferido". EMPREENDIMIENTOS LTDA
000325/2017	000228/2017	DIONÍSIO MARTINS PERALTA JÚNIOR: "Deferido".
000372/2017	000258/2017	CÂMARA DE VEREADORES: "Deferido".
000533/2017	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA:	"Deferido".
000672/2017	000438/2017	PREFEITURADO MUNICÍPIO DE PIRACICABA: "Deferido".
000689/2017	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA:	"Concluído".
000760/2017	000478/2017	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA: "Deferido".
000784/2017	000487/2017	ODAIR ANTOLIN RODRIGUES: "Deferido".
000801/2017	000498/2017	FERNANDO CAMOLESE: "Deferido".
003446/2016	001978/2015	STILUS CONSTRUTORA E: "Deferido". INCORPORADORA LTDA
003447/2016	001979/2015	STILUS CONSTRUTORA E: "Deferido". INCORPORADORA LTDA
003659/2016	002224/2016	PREFEITURADO MUNICÍPIO DE PIRACICABA: "Deferido".
004180/2016	002492/2016	CÂMARA DE VEREADORES: "Deferido".
004551/2016	001453/2014	DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS: "Deferido".
004552/2016	001452/2014	DELPHI AUTOM. SYSTEM DO BRASIL: "Deferido". - ESGOTO
004977/2016	002870/2016	CASA DO HIP HOP DE PIRACICABA: "Deferido".

SETOR DE PROTOCOLO
Expediente do dia 20 de março de 2017
Protocolados e Encaminhados

Protocolos	Interessados
000911/2017	JOÃO PAULO PINTO DE AZEVEDO
000912/2017	LUIS JOAO DE SOUZA
000913/2017	HÉLIO GONÇALVES MARGONI
000914/2017	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
000915/2017	ANTONIO MENDES CRUZ
000916/2017	SABARÁ QUÍMICOS E INGREDIENTES S.A.
000917/2017	CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA
000918/2017	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
000919/2017	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
000920/2017	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA

Despachos

Protocolos	Processo	Interessado
000092/2017	000070/2017	HEBROM: "Deferido".
000484/2017	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA:	"Deferido".
000488/2017	000985/2015	FERNANDO BATISTA LIMA: "Deferido".
000489/2017	000984/2015	FERNANDO BATISTA LIMA: "Deferido".
000650/2017	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA:	"Deferido".
000665/2017	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA:	"Deferido".
000669/2017	000778/2015	DIEGO LUCAS DE ANDRADE: "Indeferido".
000685/2017	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA:	"Deferido".
000686/2017	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA:	"Deferido".
000725/2017	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA:	"Deferido".
000749/2017	001275/2008	SANTA CHIARA EMPREENDIMIENTOS: "Deferido". IMOBILIÁRIOS SPE LTDA
000750/2017	001276/2008	SANTA CHIARA EMPREENDIMIENTOS: "Deferido". IMOBILIÁRIOS SPE LTDA
000805/2017	000501/2017	ZAMBON EQUIP. RODOVIARIOS: "Indeferido".
000829/2017	000561/2017	KATIANA LUZIA DA SILVA: "Deferido".
000835/2017	000516/2017	BENEDITO JORGE DE MORAES: "Deferido".
000861/2017	000540/2017	CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA: "Concluído".
000914/2017	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO:	"Deferido".

SETOR DE PROTOCOLO
Expediente do dia 17 de março de 2017
Protocolados e Encaminhados

Protocolos	Interessados
000898/2017	MARIA ALICE SILVA SANTOS
000899/2017	REINALDO TADEU GUIMARÃES
000900/2017	MARISA VALERIA DA FONSECA
000901/2017	CÂMARA DE VEREADORES
000902/2017	CÂMARA DE VEREADORES
000903/2017	ELISA APARECIDA SCHIAVOLIN
000904/2017	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
000905/2017	ANDRÉ HENDRICK RODRIGUES
000906/2017	MOSIES MARTINS
000907/2017	PONTO OITO ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA - ME
000908/2017	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
000909/2017	SEVERINO FERNANDES DA COSTA
000910/2017	REGIONAIS

Despachos

Protocolos	Processo	Interessado
000736/2017	000448/2017	UMBERTO FELGAR MORELLI: "Deferido".
000832/2017	000513/2017	CÂMARA DE VEREADORES: "Indeferido".
000893/2017	000480/2017	NATÁLIA RAMOS RUBINI: "Concluído".
004221/2016	002517/2016	JORGE AUGUSTO MINEIRO: "Indeferido".

COMUNICADO
PREGÃO N.º 22/2017 - PROCESSO N.º 2017/000116

OBJETO: "Registro de Preço para contratação de empresa para fornecimento de cloro gás para tratamento de água pelo período de 12 meses"

A Pregoeira Maria Alice da Silva Santos, nomeada através do Ato nº 1025, de 04 de janeiro de 2017, do Senhor Presidente do SEMAE, torna público, para os fins e efeitos do disposto no art. 4, parágrafo XVIII, da Lei 10.520/2006, que a empresa P.Q.A. Produtos Químicos Aracruz S.A., interpôs recurso contra a decisão da pregoeira, fazendo alegações em relação a ausência de credenciamento de sua empresa.

O Processo encontra-se aberto para vistas e extração de cópias, aos Licitantes, junto ao Setor de Protocolo, com o devido recolhimento das despesas reprográficas.

Piracicaba, 22 de março de 2017

Maria Alice Silva Santos
Pregoeira

PODER LEGISLATIVO

PAUTA DA ORDEM DO DIA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA, QUE SE REALIZARÁ AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE, ÀS DEZENOVE HORAS E TRINTA MINUTOS.

EM DISCUSSÃO ÚNICA

Projetos de Decreto Legislativo

Nº 010/17 - De autoria do vereador Rerlison Teixeira de Rezende, que concede Título de "Cidadão Piracicabano" e dá outras providências, (com Substitutivo 01 da C.L.J.R.).

Nº 012/17 - De autoria do vereador Paulo Henrique Paranhos Ribeiro, que concede "Medalha de Mérito Legislativo" e dá outras providências

Nº 013/17 - De autoria da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, que dispõe sobre a aprovação das contas da Prefeitura do Município de Piracicaba, referentes ao exercício financeiro de 2014.

Projeto de Resolução

Nº 002/2017 - De autoria da Mesa Diretora, que normatiza o uso de veículos e fixa valores de diárias de viagens da Câmara de Vereadores de Piracicaba, revoga a Resolução nº 21/07 e dá outras providências, com: Emenda 01 do vereador Gilmar Rotta e outros; Parecer contrário à Emenda 01 da C.L.J.R.

Requerimentos

Nº 117/17 - De autoria dos vereadores Nancy A. Ferruzzi Thame e André Gustavo Bandeira, que solicita realização de Sessão Solene em comemoração aos "35 anos de atividades da Cooperativa Uniodonto em Piracicaba", conforme Resolução nº 01/2013.

Nº 188/17 - De autoria do vereador Ary de Camargo Pedroso Júnior, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre ciclofaixa da Avenida Paulista, Bairro Nova Piracicaba, conforme Indicação nº 2251/15.

Nº 189/17 - De autoria do vereador Ary de Camargo Pedroso Júnior, Voto de Congratulações ao Senhor João Orlando Pavão pela recondução à Provedoria da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba.

Nº 190/17 - De autoria da vereadora Nancy A. Ferruzzi Thame, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre providências a serem realizadas para melhorias no PSF do Distrito de Anhumas.

Nº 191/17 - De autoria da vereadora Nancy A. Ferruzzi Thame, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre abastecimento de água no Distrito de Anhumas.



Repúblicação, preenchimento irregular.									
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTINHO									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO									
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
PERÍODO: Janeiro à Fevereiro 2017/BIMESTRE Janeiro-Fevereiro									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)									
R\$ 1,00									
RECEITAS									
PREVISÃO INICIAL									
PREVISÃO ATUALIZADA									
RECEITAS REALIZADAS									
No Bimestre									
% (b/a)									
JAN À FEV 2017									
% (c/a)									
SALDO A REALIZAR									
(a-c)									
RECEITAS									
(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
24.057.000,00 24.057.000,00 4.179.871,54 17,37 4.179.871,54 17,37 19.877.128,46									
RECEITAS CORRENTES									
24.057.000,00 24.057.000,00 4.179.871,54 17,37 4.179.871,54 17,37 19.877.128,46									
RECEITA TRIBUTÁRIA									
4.687.985,53 4.687.985,53 535.052,24 11,41 535.052,24 11,41 4.152.933,29									
Impostos									
3.800.000,00 3.800.000,00 434.612,51 11,44 434.612,51 11,44 3.365.387,49									
Taxes									
887.985,53 887.985,53 100.439,73 11,31 100.439,73 11,31 787.545,80									
Contribuição de Melhoria									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES									
673.000,00 673.000,00 122.370,23 18,18 122.370,23 18,18 550.629,77									
Contribuições Sociais									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Contribuição de Iluminação Pública									
673.000,00 673.000,00 122.370,23 18,18 122.370,23 18,18 550.629,77									
RECEITA PATRIMONIAL									
96.497,99 96.497,99 27.117,64 28,10 27.117,64 28,10 69.380,35									
Receitas Imobiliárias									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Receitas de Valores Mobiliários									
96.497,99 96.497,99 27.117,64 28,10 27.117,64 28,10 69.380,35									
Receita de Concessões e Permissões									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Compensações Financeiras									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Outras Receitas Patrimoniais									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
RECEITA AGROPECUÁRIA									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Receita da Produção Vegetal									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Receita da Produção Animal e Derivados									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Outras Receitas Agropecuárias									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
RECEITA INDUSTRIAL									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Receita da Indústria Extrativa Mineral									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Receita da Indústria de Transformação									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Receita da Indústria de Construção									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Outras Receitas Industriais									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
RECEITA DE SERVIÇOS									
1.432.145,35 1.432.145,35 193.032,50 13,48 193.032,50 13,48 1.239.112,85									
Receita de Serviços									
1.432.145,35 1.432.145,35 193.032,50 13,48 193.032,50 13,48 1.239.112,85									
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
16.623.758,35 16.623.758,35 3.208.603,54 19,30 3.208.603,54 19,30 13.415.154,81									
Transferências Intergovernamentais									
16.228.308,35 16.228.308,35 3.172.798,14 19,55 3.172.798,14 19,55 13.055.510,21									
Transferências de Instituições Privadas									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Transferências do Exterior									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Transferências de Pessoas									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Transferências de Convênios									
395.450,00 395.450,00 35.805,40 9,05 35.805,40 9,05 359.644,60									
Transferências para o Combate à Fome									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
OUTRAS RECEITAS CORRENTES									
543.612,78 543.612,78 93.695,39 17,24 93.695,39 17,24 449.917,39									
Multas e Juros de Mora									
80.261,59 80.261,59 19.707,30 24,55 19.707,30 24,55 60.554,29									
Indenizações e Restituições									
21.289,90 21.289,90 2.105,73 9,89 2.105,73 9,89 19.184,17									
Receita da Dívida Ativa									
260.119,69 260.119,69 60.605,58 23,30 60.605,58 23,30 199.514,11									
Rec.Decor. De Aportes Períod. p/ Amortiz.									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Receitas Correntes Diversas									
181.941,60 181.941,60 11.276,78 6,20 11.276,78 6,20 170.664,82									
RECEITAS DE CAPITAL									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
OPERAÇÕES DE CRÉDITO									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Operações de Crédito Internas									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Operações de Crédito Externas									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
ALIENAÇÃO DE BENS									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Alienação de Bens Móveis									
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00									
Alienação de Bens Imóveis</									

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTINHO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAR/2016 À FEV/2017PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTINHO
ANEXO VIII
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Fevereiro 2016 (BIMESTRE Janeiro - Fevereiro)

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							R\$ 1,00
	ESPECIFICAÇÃO	MAR/16	ABR/16	MAI/16	JUN/16	JUL/16	AGO/16	SET/16
RECEITAS CORRENTES (I)		2.732.191,81	1.824.411,83	2.121.512,92	1.913.870,65	1.960.962,32	2.013.330,50	1.728.949,46
Receita Tributária		816.485,44	276.016,69	327.506,08	281.059,80	317.797,72	315.409,13	304.061,74
IPTU		400.123,12	78.110,02	78.988,40	77.370,75	79.411,72	79.856,47	74.774,17
ISS		115.313,92	117.162,80	120.824,71	109.464,62	142.981,91	127.322,53	131.729,26
ITBI		17.315,77	14.200,14	35.062,03	12.286,75	18.363,25	40.692,51	6.600,00
IRRF		24.879,01	23.954,68	37.546,69	36.107,62	29.247,61	24.022,65	31.899,67
Outras Receitas Tributárias		258.853,62	42.589,05	55.084,25	45.829,06	47.793,23	43.514,97	59.058,64
Receita de Contribuições		65.006,10	59.268,19	61.990,18	65.293,61	64.638,37	61.298,67	56.709,98
Receita Patrimonial		13.953,39	11.045,03	16.115,12	14.530,24	13.648,46	14.369,41	11.317,60
Receita Agropecuária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		103.346,14	106.238,80	110.937,26	116.858,38	101.806,46	104.822,42	113.356,02
Transferências Correntes		1.707.227,77	1.348.431,23	1.583.616,10	1.397.439,48	1.433.502,29	1.489.566,48	1.217.903,63
Cota Parte do FPM		446.165,60	530.395,08	705.297,44	582.689,95	646.125,76	523.905,29	426.039,67
Cota Parte do ICMS		558.553,02	410.192,89	506.317,86	383.279,53	437.702,74	498.339,74	388.187,17
Cota Parte do IPVA		232.918,58	50.882,47	38.193,00	58.555,09	29.067,47	36.644,82	62.031,06
Cota Parte do ITR		233,42	93,31	48,37	104,03	30,16	0,00	882,57
Transf. da L.C. 87/1996		2.185,38	2.185,38	2.185,38	2.185,38	2.185,38	2.185,38	2.185,38
Transf. da L.C. 61/1989		2.966,35	2.813,18	3.502,47	2.102,11	2.626,68	2.908,31	2.912,31
Transferências do FUNDEB		300.729,49	204.461,74	250.924,05	192.727,21	209.390,37	234.799,52	190.162,13
Outras Transferências Correntes		163.475,93	147.407,18	77.147,53	175.796,18	106.373,73	190.783,42	145.503,34
Outras Receitas Correntes		26.172,97	23.411,89	21.348,18	38.690,14	29.569,02	27.864,39	25.600,49
DEDUÇÕES (II)		300.729,49	204.461,74	250.924,05	192.727,21	209.390,37	234.799,52	190.162,13
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB		300.729,49	204.461,74	250.924,05	192.727,21	209.390,37	234.799,52	190.162,13
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.431.462,32	1.619.950,09	1.870.588,87	1.721.143,44	1.751.571,95	1.778.530,98	1.538.787,33

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES					TOTAL	PREVISÃO ATUALIZADA
	OUT/16	NOV/16	DEZ/16	JAN/17	FEV/17		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.908.952,71	2.371.622,93	3.187.622,21	2.543.987,00	2.243.292,16	26.550.706,50	26.900.821,60
Receita Tributária	329.155,28	315.875,79	418.580,07	135.489,92	399.562,32	4.236.998,98	4.687.985,53
IPTU	81.995,63	89.578,68	107.240,15	1.750,92	124.125,87	1.273.325,90	1.350.000,00
ISS	141.166,39	126.218,38	148.117,74	108.803,75	137.424,40	1.526.530,41	1.650.000,00
ITBI	28.020,45	11.923,95	19.565,22	4.650,00	9.180,00	217.860,07	400.000,00
IRRF	30.217,64	30.577,80	78.659,27	16.989,01	31.688,56	395.790,21	400.000,00
Outras Receitas Tributárias	47.755,17	57.576,98	64.997,69	3.296,24	97.143,49	823.492,39	887.985,53
Receita de Contribuições	56.348,82	55.910,97	59.876,03	61.635,09	60.735,14	728.711,15	673.000,00
Receita Patrimonial	7.387,34	9.083,85	25.295,31	12.159,41	14.958,23	163.863,39	96.497,99
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	110.357,40	119.121,36	140.812,97	93.471,21	99.561,29	1.320.689,71	1.432.145,35
Transferências Correntes	1.373.157,55	1.840.582,80	2.496.817,15	2.194.260,79	1.621.750,37	19.704.255,64	19.467.579,95
Cota Parte do FPM	517.167,42	943.564,69	1.475.020,68	627.676,80	804.664,77	8.228.713,16	7.500.000,00
Cota Parte do ICMS	430.302,46	475.516,75	494.233,18	529.159,48	228.275,73	5.340.060,55	5.500.000,00
Cota Parte do IPVA	22.850,56	30.210,62	52.066,06	572.536,23	264.173,92	1.450.129,88	1.500.000,00
Cota Parte do ITR	14.450,91	2.420,74	364,51	361,81	50,35	19.040,18	23.699,06
Transf. da L.C. 87/1996	2.185,38	2.185,38	2.185,38	2.168,76	2.168,76	26.191,32	26.797,15
Transf. da L.C. 61/1989	3.159,69	3.520,61	3.348,93	3.117,29	2.685,70	35.663,63	48.611,79
Transferências do FUNDEB	211.342,58	243.377,44	261.540,63	352.638,98	159.286,41	2.811.380,55	2.880.976,77
Outras Transferências Correntes	171.698,55	139.786,57	208.057,77	106.601,44	160.444,73	1.793.076,37	1.937.495,18
Outras Receitas Correntes	32.546,32	31.048,16	46.240,68	46.970,58	46.724,81	396.187,63	543.612,78
DEDUÇÕES (II)	211.342,58	243.377,44	261.540,63	352.638,98	159.286,41	2.811.380,55	2.880.976,77
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	211.342,58	243.377,44	261.540,63	352.638,98	159.286,41	2.811.380,55	2.880.976,77
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.697.610,13	2.128.245,49	2.926.081,58	2.191.348,02	2.084.005,75	23.739.325,95	24.019.844,83

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTINHO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAR/2016 À FEV/2017

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							R\$ 1,00
	ESPECIFICAÇÃO	MAR/16	ABR/16	MAI/16	JUN/16	JUL/16	AGO/16	SET/16
RECEITAS CORRENTES (I)		2.732.191,81	1.824.411,83	2.121.512,92	1.913.870,65	1.960.962,32	2.013.330,50	1.728.949,46
Receita Tributária		816.485,44	276.016,69	327.506,08	281.059,80	317.797,72	315.409,13	304.061,74
IPTU		400.123,12	78.110,02	78.988,40	77.370,75	79.411,72	79.856,47	74.774,17
ISS		115.313,92	117.162,80	120.824,71	109.464,62	142.981,91	127.322,53	131.729,26
ITBI		17.315,77	14.200,14	35.062,03	12.286,75	18.363,25	40.692,51	6.600,00
IRRF		24.879,01	23.954,68	37.546,69	36.107,62	29.247,61	24.022,65	31.899,67
Outras Receitas Tributárias		258.853,62	42.589,05	55.084,25	45.829,06	47.793,23	43.514,97	59.058,64
Receita de Contribuições		65.006,10	59.268,19	61.990,18	65.293,61	64.638,37	61.298,67	56.709,98
Receita Patrimonial		13.953,39	11.045,03	16.115,12	14.530,24	13.648,46	14.369,41	11.317,60
Receita Agropecuária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		103.346,14	106.238,80	110.937,26	116.858,38	101.806,46	104.822,42	113.356,02
Transferências Correntes		1.707.227,77	1.348.431,23	1.583.616,10	1.397.439,48	1.433.502,29	1.489.566,48	1.217.903,63
Cota Parte do FPM		446.165,60	530.395,08	705.297,44	582.689,95	646.125,76	523.905,29	426.039,67
Cota Parte do ICMS		558.553,02	410.192,89	506.317,86	383.279,53	437.702,74	498.339,74	388.187,17
Cota Parte do IPVA		232.918,58	50.882,47	38.193,00	58.555,09	29.067,47	36.644,82	62.031,06
Cota Parte do ITR		233,42	93,31	48,37	104,03	30,16	0,00	882,57
Transf. da L.C. 87/1996		2.185,38	2.185,38	2.185,38	2.185,38	2.185,38	2.185,38	2.185,38
Transf. da L.C. 61/1989		2.966,35	2.813,18	3.502,47	2.102,11	2.626,68	2.908,31	2.912,31
Transferências do FUNDEB		300.729,49	204.461,74	250.924,05	192.727,21	209.390,37	234.799,52	190.162,13
Outras Transferências Correntes		163.475,93	147.407,18	77.147,53	175.796,18	106.373,73	190.783,42	145.503,34
Outras Receitas Correntes		26.172,97	23.411,89	21.348,18	38.690,14	29.569,02	27.864,39	25.600,49
DEDUÇÕES (II)		300.729,49	204.461,74	250.924,05	192.727,21	209.390,37	234.799,52	190.162,13
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB		300.729,49	204.461,74	250.924,05	192.727,21	209.390,37	234.799,52	190.162,13
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.431.462,32	1.619.950,09	1.870.588,87	1.721.143,44	1.751.571,95	1.778.530,98	1.538.787,33

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES					TOTAL	PREVISÃO ATUALIZADA
	OUT/16	NOV/16	DEZ/16	JAN/17	FEV/17		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.908.952,71	2.371.622,93	3.187.622,21	2.543.987,00	2.243.292,16	26.550.706,50	26.900.821,60
Receita Tributária	329.155,28	315.875,79	418.580,07	135.489,92	399.562,32	4.236.998,98	4.687.985,53
IPTU	81.995,63	89.578,68	107.240,15	1.750,92	124.125,87	1.273.325,90	1.350.000,00
ISS	141.166,39	126.218,38	148.117,74	108.803,75	137.424,40	1.526.530,41	1.650.000,00
ITBI	28.020,45	11.923,95	19.565,22	4.650,00	9.180,00	217.860,07	400.000,00
IRRF	30.217,64	30.577,80	78.659,27	16.989,01	31.688,56	395.790,21	400.000,00
Outras Receitas Tributárias	47.755,17	57.576,98	64.997,69	3.296,24	97.143,49	823.492,39	887.985,53
Receita de Contribuições	56.348,82	55.910,97	59.876,03	61.635,09	60.735,14	728.711,15	673.000,00
Receita Patrimonial	7.387,34	9.083,85	25.295,31	12.159,41	14.958,23	163.863,39	96.497,99
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	110.357,40	119.121,36	140.812,97	93.471,21	99.561,29	1.320.689,71	1.432.145,35
Transferências Correntes	1.373.157,55	1.840.582,80	2.496.817,15	2.194.260,79	1.621.750,37	19.704.255,64	19.467.579,95
Cota Parte do FPM	517.167,42	943.564,69	1.475.020,69	627.676,80	804.664,77	8.228.713,16	7.500.000,00
Cota Parte do ICMS	430.302,46	475.516,75	494.233,18	529.159,48	228.275,73	5.340.060,55	5.500.000,00
Cota Parte do IPVA	22.850,56	30.210,62	52.066,06	572.536,23	264.173,92	1.450.129,88	1.500.000,00
Cota Parte do ITR	14.450,91	2.420,74	364,51	361,81	50,35	19.040,18	23.699,06
Transf. da L.C. 87/1996	2.185,38	2.185,38	2.185,38	2.168,76	2.168,76	26.191,32	26.797,15
Transf. da L.C. 61/1999	3.159,69	3.520,61	3.348,93	3.117,29	2.685,70	35.663,63	48.811,79
Transferências do FUNDEB	211.342,58	243.377,44	261.540,63	352.638,98	159.286,41	2.811.380,55	2.880.976,77
Outras Transferências Correntes	171.698,55	139.785,57	208.057,77	106.601,44	160.444,73	1.793.076,37	1.937.495,18
Outras Receitas Correntes	32.546,32	31.048,16	46.240,68	46.970,58	46.724,81	396.187,63	543.612,78
DEDUÇÕES (II)	211.342,58	243.377,44	261.540,63	352.638,98	159.286,41	2.811.380,55	2.880.976,77
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	211.342,58	243.377,44	261.540,63	352.638,98	159.286,41	2.811.380,55	2.880.976,77
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.697.610,13	2.128.245,49	2.926.081,58	2.191.348,02	2.084.005,75	23.739.325,95	24.019.844,83



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTINHO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCALIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
Referência: Janeiro a Fevereiro 2016

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Fev 2016 (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	4.023.974,68	4.023.974,68	490.605,53	12,19
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.350.000,00	1.350.000,00	125.876,79	9,32
Imposto s/ Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	400.000,00	400.000,00	13.830,00	3,46
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.650.000,00	1.650.000,00	246.228,15	14,92
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	400.000,00	400.000,00	48.677,57	12,17
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	34.777,81	34.777,81	3.319,38	9,54
Dívida Ativa dos Impostos	185.372,37	185.372,37	39.490,23	21,86
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	23.824,48	23.824,48	13.183,41	55,34
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.219.108,00	14.219.108,00	3.037.039,80	21,36
Cota-Parte do FPM	7.070.000,00	7.070.000,00	1.432.341,57	20,26
Cota-Parte do ITR	23.699,06	23.699,06	412,16	1,74
Cota-Parte do IPVA	1.550.000,00	1.550.000,00	836.710,15	53,98
Cota-Parte do ICMS	5.500.000,00	5.500.000,00	757.435,21	13,77
Cota-Parte do IPI-Exportação	48.611,79	48.611,79	5.802,99	11,94
Compensação Financeira Provenientes de Impostos e Transf. Constitucionais	26.797,15	26.797,15	4.337,52	16,19
Desoneração do ICMS (LC 87/86)	26.797,15	26.797,15	4.337,52	16,19
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS REC. P/ APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERV.PUBL.DE SAÚDE(III)=(I)+(II)	18.243.082,66	18.243.082,66	3.527.645,13	19,34

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Fev 2016 (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	455.080,51	455.080,51	63.776,15	14,01
Provenientes da União	424.025,50	424.025,50	55.826,51	13,17
Provenientes dos Estados	24.575,55	24.575,55	5.685,00	23,13
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	6.479,46	6.479,46	2.264,64	34,95
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	455.080,51	455.080,51	63.776,15	14,01

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM R.P. NÃO PROCESSADOS
			Jan a Fev 2016 (f)	% (f/e) x 100	Jan a Fev 2016 (g)	% (g/e) x 100	
DESPESA CORRENTE	5.709.266,96	5.713.266,96	1.723.080,64	30,16	863.233,67	15,11	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (inclui Patronal)	4.091.961,12	4.091.961,12	630.156,60	15,40	630.156,60	15,40	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.617.305,84	1.621.305,84	1.092.924,04	67,41	233.077,07	14,38	0,00
DESPESA DE CAPITAL	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.749.266,96	5.753.266,96	1.723.080,64	29,95	863.233,67	15,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM R.P. NÃO PROCESSADOS
			Jan a Fev 2016 (h)	% (h/IV) x 100	Jan a Fev 2016 (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSIST. À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERV. DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV-V)	5.749.266,96	5.753.266,96	1.723.080,64	100,00	863.233,67	100,00	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh ÷ IIib) x 100 - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	34,91
---	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (VIIb - (15 x IIib)/100)	677.724,71
---	------------

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS R. P. CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Desp. Custeadas no exercício de referência (I)	Saldo Final (Não Aplicado)
	Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em ...	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Desp. Custeadas no exercício de referência (I)	Saldo Final (Não Aplicado)
	Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em ...	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM R.P. NÃO PROCESSADOS
			Jan a Fev 2016 (j)	% (jtotal) x 100	Jan a Fev 2016 (m)	% (m/total) x 100	
Atenção Básica	5.444.309,39	5.448.309,39	1.566.951,22	92,10	826.596,60	95,76	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	141.401,54	141.401,54	117.201,00	6,80	17.708,45	2,05	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	30.451,03	30.451,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	63.096,35	63.096,35	14.553,32	6,85	14.563,32	1,69	0,00
Vigilância Epidemiológica	70.009,65	70.009,65	4.335,10	0,25	4.335,10	0,50	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções (inclui contr. Patronal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.749.266,96	5.753.266,96	1.723.080,64	100,00	863.233,67	100,00	0,00

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA

ATA DE RECEBIMENTO DE RECURSOS REFERENTE A CONCORRÊNCIA N.º004/2016

Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e dezessete, na sala do Conselho de Curadores do Bloco Administrativo da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba, reuniu-se a Comissão Especial de Abertura e Julgamento de Licitações, nomeada pelo Ato n.º 023/2016, por seus membros que esta subscrevem, para os trabalhos de análise e julgamento da proposta da Concorrência nº 004/2016, conforme processo nº 232/2016, que visa a escolha do menor preço mensal para "Contratação de Empresa de Serviço de Limpeza, Conservação (jardinagem, capinação e roçada) e Copeira junto à FUMEP". Que recebeu recursos das empresas Soluções Serviços Terceirizados Eireli e LUCFE Serviços Urbanos Eireli – ME, que recebeu a presente Comissão em comunicar as empresas abaixo participantes do certame para que tomem conhecimento e queira manifestar dentro do prazo legal: Servtec Serviços Empresariais Ltda-ME.; Lucfe Servs. Urbanizados Eireli-ME.; Job Line Recursos Humanos e Serviços Ltda.; R.C.A. Produtos e Serviços Ltda.; RM Consultoria e Administração de Mão de Obra Eireli.; Skala Solução em Serviço Eireli.; BPS Profit Terceirização Ltda-ME.; Limpadora Piracicabana de Saneamento e Servs. Gerais Ltda.; Única Limpeza e Serviços Ltda.; Ulrik Clean Eireli-EEP.; W.A. Ambiental e Servs. Terceirização Eireli-ME.; Paineiras Limpeza e Serviços Gerais Ltda.; Suporte Construções e Serviços Ltda.; Casagrande Serviços e Construções Ltda.; Demax Serviços e Comércio Ltda.; Azul Celeste Serviços Especializados Eireli.; Florestana Paisagismo Construções e Serviços Ltda.

Publique-se e aguarde-se.

Assinam os presentes.

Piracicaba, 22 de março de 2017.

Presidente da Licitação
Edson Barbosa

COLEGIO SALESIANO DOM BOSCO

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores da
COLÉGIO SALESIANO DOM BOSCO
PIRACICABA – SP

OPINIÃO

Examinamos as Demonstrações Contábeis do COLÉGIO SALESIANO DOM BOSCO, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2016 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do COLÉGIO SALESIANO DOM BOSCO em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Entidade e apresentada como informação complementar, pois sua apresentação não é requerida pelas normas contábeis para entidade sem finalidade de lucros. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR.
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, entretanto, neste exercício esse relatório não foi preparado.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 06 de Março de 2017.

RODYOS AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC 2SP 002000/O-0
Member

MILTON MIRANDA RODRIGUES
Sócio-Diretor
Contador CRC 1SP 112905/O-5
CPF 032.231.618-99



Balanços Patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTAS	31/12/2016	31/12/15
ATIVO CIRCULANTE		2.321.897,00	2.026.700,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	800.923,04	898.380,01
Aplicações Financeiras		860.958,79	322.988,47
Contas a Receber - Alunos	5	1.870.189,39	1.762.751,72
(-) Estimativa de Prov. Perdas Inadimpl.	5	(1.363.887,70)	(1.097.950,39)
Outras Contas a Receber		29.682,52	26.475,86
Adiantamentos		65.959,18	43.198,36
Impostos Recuperáveis		194.575,18	194.605,18
(-)Estimativa de Prov. Perdas Tributárias		(193.584,66)	(193.584,66)
Despesas Exercício Seguinte		57.081,26	69.836,39
ATIVO NÃO CIRCULANTE		22.039.832,97	22.589.963,58
Realizável a Longo Prazo		-	112.489,99
Depósitos Judiciais		-	112.489,99
Investimentos	6	3.668.839,09	4.252.051,64
Propriedades Imobiliárias		3.668.500,00	4.251.712,55
Partic. Outras Empresas		339,09	339,09
Imobilizado	7	18.346.279,06	18.126.524,84
Intangível	8	24.714,82	98.897,11
TOTAL DO ATIVO		24.361.729,97	24.616.664,52

	NOTAS	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO CIRCULANTE		5.535.170,22	5.047.360,38
Fornecedores	9	359.319,57	549.486,04
Obrigações Sociais,Trabalhistas e Tributárias	10	1.284.560,04	1.313.211,09
Contas a Pagar	11	1.234.201,83	965.522,03
Convênios		61.636,84	52.046,51
Receita Antecipada		2.281.881,66	2.045.650,10
Empréstimo a pagar	12	313.570,28	121.444,61
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.378.471,06	4.130.083,12
Contas a Pagar	11	1.460.006,80	2.310.211,93
Estimativa Prov Riscos e Conting.	13	2.500,00	237.984,20
Empréstimo a pagar	12	1.915.964,26	1.578.518,27
Outras Obrigações		-	3.368,72
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	15.448.088,69	15.439.221,02
Patrimônio Social		15.735.434,41	12.633.070,96
Reservas do Patrimônio Social		32.131,34	32.131,34
Doações de Imobilizado		32.131,34	32.131,34
Superávit ou Déficit do Exercício		(319.477,06)	2.774.018,72
Déficit do Exercício		(319.477,06)	-
Superávit do Exercício		-	2.774.018,72
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		24.361.729,97	24.616.664,52

Demonstração do Superávit ou Déficit
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	REF	31/12/2016	31/12/2015
(=) RECEITA LÍQUIDA	18	24.522.362,56	25.430.248,18
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES		(20.226.318,08)	(21.676.689,93)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES		(20.078.506,70)	(19.630.974,22)
Custos c/ Recursos Humanos e Encargos		(14.804.667,09)	(15.460.360,67)
Custos c/ Materiais		(730.999,09)	(680.628,60)
Custos c/ Imóveis e Instalações		(2.043.806,89)	(544.669,37)
Custos Gerais		(1.163.676,22)	(1.095.438,90)
Serviços Terceiros - PF e PJ		(504.165,72)	(948.800,98)
Custos c/ Depreciação e Amortização		(831.191,69)	(901.075,70)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES - RESTRITOS	20	(147.811,38)	(45.715,71)
Custos c/ Recursos Humanos e Encargos		(142.559,22)	(39.813,74)
Custos c/ Material		(4.531,68)	(5.194,00)
Custos c/ Depreciação		(720,48)	(707,97)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT BRUTO		4.296.044,48	3.753.558,25
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(4.369.168,55)	(3.616.735,02)
(-) ADMINISTRATIVAS		(4.369.168,55)	(3.616.735,02)
(-) Despesas c/ Recursos Humanos e Encargos		(2.162.279,50)	(1.579.274,02)
(-) Despesas c/ Materiais		(59.829,24)	(71.021,43)
(-) Despesas Gerais		(530.049,11)	(490.326,69)
(-) Serviços Terceiros - PF e PJ		(872.499,96)	(867.137,36)
(-) Despesas c/ Depreciação e Amortização		(280.409,51)	(264.056,50)
(-) Tributos e Contr. E Multas		(194.428,21)	(219.669,34)
(-) Provisões por perda		(203.175,64)	(69.589,80)
(-) Outras Despesas		(66.497,38)	(55.659,88)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(73.124,07)	136.823,23
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(208.893,89)	2.632.475,25
(+) RECEITAS FINANCEIRAS		423.594,64	3.286.051,17
(+) RECEITAS FINANCEIRAS C/ RESTRIÇÕES		666,74	2.330,48
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		(632.048,74)	(655.562,78)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS C/ RESTRIÇÕES		(1.106,53)	(343,62)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS		(37.459,10)	4.720,24
(+) GANHOS NA ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO		100,00	4.720,24
(-) PERDAS NA ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO		(37.559,10)	-
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO DO PERÍODO		(319.477,06)	2.774.018,72

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVAS DO PATRIMONIO SOCIAL	SUPERÁVIT/DÉFICIT PERÍODO	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	13.895.192,21	32.131,34	(1.262.121,25)	12.665.202,30
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2014	(1.262.121,25)	-	1.262.121,25	-
APURAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2015	-	-	2.774.018,72	2.774.018,72
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	12.633.070,96	32.131,34	2.774.018,72	15.439.221,02
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2015	2.774.018,72	-	(2.774.018,72)	-
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS E ENVIADAS	(128.370,86)	-	-	(128.370,86)
TRANSFERENCIAS - CISÃO FACULDADE SALESIANA PIRACICABA	456.715,59	-	-	456.715,59
APURAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2016	-	-	(319.477,06)	(319.477,06)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	15.735.434,41	32.131,34	(319.477,06)	15.448.088,69

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2016	31/12/2015
Déficit / Superavit do Exercício	(319.477,06)	2.774.018,72
Outros Componentes do resultado Abrangente		
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-
Total de Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(319.477,06)	2.774.018,72

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2016	31/12/2015
1-FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
(Déficit)/Superávit do Exercício	(319.477,06)	2.774.018,72
Despesas que não afetam o caixa:		
Depreciação e Amortização	1.112.321,68	1.165.132,20
Estimativa de Perdas	203.175,64	181.982,94
Resultado na alienação de bens do Imobilizado	37.559,10	-
(Déficit)/Superávit do Exercício Ajustado	1.033.579,36	4.121.133,86
Acréscimos / Decréscimos do AC + RLP		
Aumento das Aplicações Financeiras	(537.970,32)	(322.988,47)
Aumento de Contas a Receber - Alunos	(107.437,67)	(315.964,37)
Aumento/Redução nas Contas a Receber	(3.206,66)	16.323,45
Aumento/Redução nas Contas de Adiantamentos	(22.760,82)	99.296,14
Aumento nas Contas de Depósitos Judiciais	112.489,99	(96.418,34)
Aumento/Redução nas Despesas Exercício Seguinte	12.755,13	8.323,17
Aumento nas Contas de Impostos Recuperáveis	30,00	34,46
Total de Acréscimos / Decréscimos do AC + RLP	(546.100,35)	(611.393,96)
Acréscimos / Decréscimos do PC + ELP		
Aumento/Redução nas Contas de Fornecedores	(190.166,47)	284.518,70
Aumento/Redução em Obrigações	(28.651,05)	193.667,70
Aumento nas Contas a Pagar	268.679,80	(4.441.507,41)
Aumento/Redução nas Contas de Convênios	9.590,33	7.072,65
Aumento/Redução nas Receitas antecipadas	236.231,56	87.815,76
Aumento/Redução na conta de Empréstimos	192.125,67	(751.796,49)
Aumento/Redução nas Contas do E.L.P	(751.612,06)	2.018.268,04
Total de Acréscimos / Decréscimos do PC + ELP	(263.802,22)	(2.601.961,05)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	223.676,79	907.778,85
2- FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Imobilizado	(1.001.789,92)	(1.167.656,40)
Baixas por Perdas de Ativos	681.604,16	85.687,73
Aquisições de Software	(948,00)	(70.482,84)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(321.133,76)	(1.152.451,51)
FLUXO DE CAIXA (APLICADO) GERADO NO EXERCÍCIO	(97.456,97)	(244.672,66)
3- VARIAÇÕES DAS DISPONIBILIDADES		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	898.380,01	1.143.052,67
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	800.923,04	898.380,01
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	(97.456,97)	(244.672,66)

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2016	31/12/2015
1 - RECEITAS	35.733.746,51	33.591.245,02
1.1 Contribuições de Alunos	33.788.240,68	32.834.162,02
1.2 Estimativa de Perdas por créditos Incobráveis	438.659,84	308.318,02
1.3 Outras Receitas Operacionais	1.506.845,99	448.764,98
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	14.900.158,71	12.704.219,25
2.1 Custo dos Serviços	9.594.283,50	7.847.958,58
2.2 Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	5.070.391,01	4.617.532,45
2.3 Perda/Recuperação de valores ativos	235.484,20	238.728,22
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	20.833.587,80	20.887.025,77
4 - RETENÇÕES	1.112.321,68	1.165.840,17
4.1 Depreciação , Amortização e Exaustão	1.112.321,68	1.165.840,17
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	19.721.266,12	19.721.185,60
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	424.261,38	3.287.443,51
6.1 Receitas Financeiras	424.261,38	3.287.443,51
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	20.145.527,50	23.008.629,11
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	20.465.004,56	20.234.610,39
8.1 Pessoal e Encargos	17.109.505,81	17.079.448,43
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	194.428,21	219.669,34
8.3 Juros e Aluguéis	3.161.070,54	2.935.492,62
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(319.477,06)	2.774.018,72

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1) Contexto Operacional

A ENTIDADE COLÉGIO SALESIANO DOM BOSCO, com sede em Piracicaba Estado de São Paulo, à Rua Alfredo Guedes, 1199, Bairro Cidade Alta, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (C.N.P.J./MF) sob nº 54.383.344/0001-56 é uma entidade sem finalidade de lucro, constituída como associação, de direito privado, que, de forma continuada, permanente e planejada, presta serviços, executa programas e/ou projetos, na área educacional. Desta forma, as suas finalidades institucionais compreendem a realização das seguintes atividades e áreas de atuação:

Serviços Educacionais

a.1) Atendimento à criança e ao adolescente, no níveis infantil, ensino básico fundamental I e II e ensino médio.

b) Assistência Social

b.1) Atendimento à criança e ao adolescente, bem como a quem dela necessitar.

Pela abrangência das áreas de atuação, a ENTIDADE COLÉGIO SALESIANO DOM BOSCO possui os seguintes títulos e certificados:

Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto n.º 60.202, de 10/02/1967, publicado no Decreto S/N de 27/05/1992;

Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto n.º 48.516 de 25/02/2004 D.O.U 26/02/2004;

Título de Utilidade Pública Municipal, Decreto 366- 15/09/60, renovada através do Decreto nº 16.425 de 21/10/15;

CNAS: Processo nº 122.057/52-24/08/53 Recadastrado pelo Processo 28996 -02/725/94 Certificado Entidade Beneficente de Assistência Social processo 71010.001581/2006-20 deferido através da Resolução nº 3, de 23 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 26 de janeiro de 2009, Renovado através da Portaria MEC 1.587 de 1º de outubro de 2010.

Em 2016, A ENTIDADE COLÉGIO SALESIANO DOM BOSCO atuou preponderantemente na realização dos serviços educacionais, atuando em uma de suas filiais escola, em período integral, totalmente gratuita, além de um projeto educacional auxiliado por subvenção Municipal.

Status dos certificados

Com o advento da Lei nº 12.101 de 27/11/2009, a análise e decisão dos requerimentos de renovação dos Certificados das Entidades Beneficentes de Assistência Social, de acordo com a área de atuação será apreciada pelo Ministério da Educação. Baseado na norma legal atual, o C.N.A.S. remeteu para o Ministério da Educação o Processo nº 71000.051497/2009-19 que ainda não tinha sido apreciado.

Através da Portaria nº 1587 de 1º de outubro de 2010, a Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação, de acordo com os fundamentos do Parecer Técnico nº 32/2010/GAB/Sesu/MEC certificou a Entidade como Entidade Beneficente de Assistência Social pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012. A Entidade em 28/06/2012 protocolou junto ao Ministério da Educação a renovação do Certificado conforme Processo nº 230000099682012-49, e aguarda apreciação. Em 12/06/2015 protocolou junto ao Ministério da Educação a renovação do Certificado do triênio 2012, 2013 e 2014 e conforme Protocolo de Envio nº DJ273842166BR, também aguarda manifestação.



2) Base de Preparação

2.1. Práticas Contábeis

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

a) Declaração de Conformidade

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2016, além da observância à Lei nº 6.404/76 e suas alterações, a ENTIDADE COLÉGIO SALESIANO DOM BOSCO declara, de forma explícita e sem reservas, que em todas as circunstâncias, a representação apropriada é obtida pela conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; relacionados a seguir:

Resolução CFC n.º 1.330/11 – aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil;

Resolução CFC n.º 1.374/11 e suas alterações – aprova a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;

Resolução CFC n.º 1.185/09 e suas alterações – aprova NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;

Resolução CFC n.º 1.409/12 – aprova a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucro;

Resolução CFC n.º 1.255/09 e suas alterações – aprova NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas Demais NBC TGs completas, quando aplicáveis.

b) Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras apresentadas à valor justo por meio do resultado.

c) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a ENTIDADE COLÉGIO SALESIANO DOM BOSCO atua.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CFC exige que a ENTIDADE COLÉGIO SALESIANO DOM BOSCO faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3) Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último período social, findo em 31 de dezembro de 2016.

a) Regime de Competência

As receitas e as despesas são devidamente reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência.

O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pressupondo a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

b) Segregação de Atividades

As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação e assistência social.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa apenas quando possui vencimento de curto prazo, de cerca de três meses ou menos da data de aquisição. Saldos bancários a descoberto decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como cheques especiais ou contas-correntes são geralmente considerados como atividades de financiamento similares aos empréstimos. Entretanto, se eles são exigíveis contra apresentação e formam uma parte integral da administração do caixa da entidade, devem ser considerados como componentes do caixa e equivalentes de caixa.

Equivalentes de Caixa – Aplicação Financeira

Ao final de cada período de referência, a ENTIDADE COLÉGIO SALESIANO DOM BOSCO avalia suas aplicações financeiras pelo valor justo e reconhece as mudanças no valor justo no resultado.

Equivalentes de Caixa – Recursos com Restrição

Equivalentes de caixa mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de projetos e/ou demais atividades de fins específicos, contendo restrições sobre a sua utilização, são apresentados separadamente daqueles livres de restrições sobre a sua utilização.

d) Contas a Receber

Refere-se aos direitos a receber de alunos, pela contraprestação de serviços educacionais, deduzido de Estimativa para Perdas, constituída para fazer face a valores incobráveis por inadimplência dos devedores.

e) Ativos e passivos financeiros básicos (contas e títulos a receber e a pagar, e empréstimos bancários ou de terceiros)

A ENTIDADE COLÉGIO SALESIANO DOM BOSCO reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

O ativo ou um passivo financeiro é avaliado pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Uma transação financeira pode acontecer em conexão com a venda de bens e serviços, por exemplo, se o pagamento é postergado além dos termos comerciais normais ou é financiada a uma taxa de juros que não é a de mercado.

Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa

A ENTIDADE COLÉGIO SALESIANO DOM BOSCO reconhece montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre créditos a receber, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados.

f) Propriedades para Investimentos

As propriedades para investimentos, cujo valor justo pode ser avaliado de forma confiável, sem custo ou esforços excessivos, são avaliadas pelo valor justo a cada balanço com as alterações no valor justo reconhecidas no resultado.

Enquanto a possibilidade de determinação do valor justo não puder ser avaliada de forma confiável, sem custo ou esforços excessivos, considerando a relevância da informação nas demonstrações contábeis, a ENTIDADE COLÉGIO SALESIANO DOM BOSCO permanece avaliando suas propriedades para investimento pelo seu custo. As propriedades para investimentos nessa peça contábil, refere-se à aquisição de parte de um terreno localizado na cidade de Americana – SP.

g) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas e leva em consideração vida útil e utilização dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Obras em Andamento

As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais.

h) Intangível

Software

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

j) Apuração do Resultado do Período

O valor do superávit ou déficit é incorporado ao Patrimônio Social e; ainda, o superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, é reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

k) Receitas de Prestação de Serviços

A receita bruta (faturamento) é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Entidade, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

A Entidade reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço.

l) Doações e Subvenções

As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado.

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento, é em conta específica do passivo.

A receita de subvenção é reconhecida em bases sistemáticas e racionais e confrontada com as despesas correspondentes.

m) Serviços Voluntários Obtidos

O trabalho voluntário é reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

n) Renúncia Fiscal – Imunidade e Isenções Fiscais Usufruídas

A renúncia fiscal relacionada com a atividade é evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse.

A isenção é um tipo de subvenção governamental. Assim, os tributos isentos deverão ser evidenciados através de relação dos tributos objeto de renúncia fiscal. A imunidade fiscal (CF, art. 150) ocorre de maneira tácita, pela caracterização de entidade sem fins lucrativos. Portanto não havendo a obrigação presente pelo alcance da tributação; o reconhecimento contábil não é efetuado para os impostos afastados pela imunidade fiscal.

O reconhecimento contábil ocorre apenas para os impostos e/ou contribuições sociais isentos de recolhimentos:

i. Contribuição Previdenciária Patronal

o) Gratuidades Concedidas

O benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços deve ser reconhecido pelo valor efetivamente praticado.

p) Matrículas e Anuidades Recebidas Antecipadamente

Como prática de negócio e mercado de atuação da Entidade, as matrículas do ano letivo seguinte iniciam-se ao final do exercício social em curso. Consequentemente são reconhecidas como anuidades antecipadas, no Passivo Circulante. As mensalidades de períodos subsequentes recebidas antecipadamente pela Entidade no exercício social em curso serão reconhecidas no Resultado do Exercício de acordo com o regime de competência.

q) Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Entidade elaborou as demonstrações do Valor Adicionado – DVA nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação complementar, pois sua apresentação não é requerida pelas normas contábeis para entidade sem finalidade de lucros.

r) Partes Relacionadas

A Instituição faz parte do grupo de Escolas Salesianas e possui operações de locação de imóveis e empréstimos, os quais se encontram descritos nas Notas Explicativas nºs. 11 e 12.

s) Aplicação de Recursos

Os recursos da Entidade são aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu estatuto social, demonstrado por suas despesas e seus investimentos patrimoniais.

4) Caixa e Equivalentes de Caixa

Representado por:

	EDUCAÇÃO	SOCIAL	31/12/2016	EDUCAÇÃO	SOCIAL	31/12/2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	786.223,50	14.699,54	800.923,04	891.470,00	6.910,01	898.380,01
Fundo Fixo	2.200,00	200,00	2.400,00	2.200,00	-	2.200,00
Caixa	62,03	499,80	561,83	2.054,82	699,80	2.754,62
Depósitos Bancários	54,68	10,00	64,68	2.051,12	10,00	2.061,12
Recursos com Restrições	447,47	-	447,47	-	-	-
Aplicações Financeiras	742.889,00	13.989,74	756.878,74	873.296,51	6.200,21	879.496,72
Aplicações Financeiras - recursos c/ restriç	40.570,32	-	40.570,32	11.867,55	-	11.867,55

5) Contas a Receber

5.1 Composição Contas a Receber – Alunos

	EDUCAÇÃO	SOCIAL	31/12/2016	EDUCAÇÃO	SOCIAL	31/12/2015
CONTAS A RECEBER - Alunos	1.870.189,39	-	1.870.189,39	1.762.751,72	-	1.762.751,72
Cheques a receber	64.733,29	-	64.733,29	51.310,13	-	51.310,13
Mensalidades a receber	953.954,34	-	953.954,34	929.627,93	-	929.627,93
Cobranças Judiciais/Letra de Câmbio	851.501,76	-	851.501,76	781.813,66	-	781.813,66

5.2 Movimentação da Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis vencidos há mais de 90 dias, constituindo provisão para créditos de liquidação duvidosa para todos os títulos julgados por sua Administração como de difícil realização, conforme demonstramos a seguir:

	2016	2015
Saldo Inicial	1.097.950,39	915.967,45
Complemento de Provisão para Perdas	265.937,31	181.982,94
Saldo Final	1.363.887,70	1.097.950,39



6. INVESTIMENTO

Os Investimentos são compostos por:

Em reais						
INVESTIMENTOS	REF	31/12/2015 SALDO INICIAL	(+) ADIÇÕES	(-) BAIXAS	(-) TRANSFERENCIA	31/12/2016 SALDO FINAL
PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS	6	4.251.712,55	-	-	583.212,55	3.668.500,00
AÇÕES TELESP CELULAR S/A	6	339,09	-	-	-	339,09
MOVIMENTAÇÃO		4.252.051,64	-	-	583.212,55	3.668.839,09

Em 2016, essas propriedades de investimento não puderam ser determinadas, com base no valor justo, de forma confiável, sem custos ou esforços excessivos. Ainda em 2016 os Terrenos situados na cidade de Piracicaba foram reclassificados como Imobilizados devido a característica de sua natureza.

Os itens de ativos, classificados nas propriedades para investimento, permanecem avaliados pelo custo.

7. Imobilizado

Representado por:

BENS EM USO	TAXA DE DEPRECIAÇÃO %	SALDO EM 31/12/2015	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFEREN- CIAS	SALDO EM 31/12/2016
Construções e Instalações		250.000,00			250.000,00	-
Reformas e Ampliações		250.000,00	450.400,00	700.400,00	250.000,00	-
Propriedades Imobiliárias		13.417.809,85	208.000,00	-	583.212,55	14.209.022,40
Imóveis	4	13.417.809,85	208.000,00		583.212,55	14.209.022,40
Equipamentos		6.847.851,58	347.349,32	1.477.395,98	1.212.490,10	5.717.804,92
Computadores e Periféricos	20	1.417.545,93	91.944,20	599.322,52	507.378,32	910.167,61
Equipamentos Áudio e Visual	10	472.197,51	94.894,87	89.440,55	5.454,32	477.651,83
Instalações	10	866.859,12	9.598,81	78.518,85	68.920,04	797.939,08
Máquinas, Aces, Equip. Aparelhos	10	1.098.987,59	54.659,00	197.742,15	143.083,15	955.904,44
Móveis e Utensílios	10	1.901.022,03	52.983,25	236.663,54	183.680,29	1.717.341,74
Sistemas/Programas/Aplicativos	20	249.961,20		2.192,00	2.192,00	247.769,20
Utensílios Cozinha	10	3.477,25		1.354,21	1.354,21	2.123,04
Veículos	20	339.751,39	35.767,40		35.767,40	375.518,79
Equipamentos Pedagógicos	10	52.118,76				52.118,76
Laboratório de Línguas	10	164.357,40		155.007,84	155.007,84	9.349,56
Laboratório de Física/Química	10	38.732,35				38.732,35
Laboratório de Informática	10	89.632,43	7.501,79	79.554,32	72.052,53	17.579,90
Sistemas de Segurança	10	153.208,62		37.600,00	37.600,00	115.608,62
Equipamentos Musicais		70.370,99				70.370,99
Aparelhos e Instrumentos Musicais	10	60.218,57				60.218,57
Partituras e Manuais		10.152,42				10.152,42
Materiais Bibliográficos		686.141,50	463,20	371.377,17	370.913,97	315.227,53
Fitas/Cds/DVDs	10	12.138,94		1.135,90	1.135,90	11.003,04
Livros	10	653.781,12	463,20	354.691,23	354.228,03	299.553,09
Revistas	10	20.221,44		15.550,04	15.550,04	4.671,40
Equipamentos Capela		31.790,70				31.790,70
Equipamentos Áudio e Visual	10	996,81				996,81
Imagens	10	16.669,90				16.669,90
Móveis e Utensílios	10	14.123,99				14.123,99
Direitos de Uso		1.172,88				1.172,88
Direitos de uso Linha Telefônica		1.172,88				1.172,88
Benfeitorias em Propr. de Terceiros		6.325.785,82	796.879,00	186.666,28	610.212,72	6.935.998,54
Benfeitorias s/ Imóveis de Terceiros		6.325.785,82	796.879,00	186.666,28	610.212,72	6.935.998,54
Construções e Instalações		200.031,00				200.031,00
Instalações em Andamento	10	200.031,00				200.031,00
TOTAIS		27.830.954,32	1.640.202,16	1.070.912,58	569.289,58	27.481.418,96
Depreciação Acumulada	7.771.732,29	9.704.429,48	1.640.202,16	1.070.912,58	569.289,58	9.135.139,90
VALOR LÍQUIDO DO IMOBILIZADO		18.126.524,84				18.346.279,06

Revisão da Vida Útil

Na alocação do valor depreciável dos itens de ativo imobilizado, a determinação da vida útil foi revisada, considerando os seguintes fatores:

uso esperado do ativo. O uso é avaliado com base na capacidade esperada do ativo ou na produção física;

desgaste e quebra física esperada, que depende de fatores operacionais, como, por exemplo, o número de turnos para os quais o ativo é utilizado, programas de reparo e manutenção e o cuidado e a manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;

obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço resultante do ativo;

limites legais ou semelhantes no uso do ativo, tais como as datas de término dos arrendamentos mercantis relacionados.

Não houve a necessidade de mudar as estimativas relacionadas às vidas úteis dos ativos imobilizados.

8. Intangível

	2016	2015
Softwares	24.714,82	98.897,11
Licenças de Uso	284.443,06	356.453,77
(-) Amortização/ Baixa	(259.728,24)	(257.556,66)

9. Fornecedores

Refere-se a obrigações por compras no mercado interno de mercadorias, matérias-primas e insumos utilizados nos processos de prestação dos serviços cujo saldo em 31/12/2016 é de R\$ 359.319,57 (R\$ 549.486,04 em 2015).

10. Obrigações Sociais, Trabalhistas e Tributárias.

DESCRIÇÃO	2016	2015
Férias a pagar	797.955,72	860.613,13
Ações Trabalhistas a pagar	14.149,78	0,00
INSS a recolher	114.150,71	109.584,87
FGTS a recolher	128.668,11	126.058,48
INSS - retenção a recolher P.J.	690,15	2.322,98
COFINS/CSLL/PIS - retenção	4.358,54	1.274,19
FGTS s/ férias a recolher	63.879,47	74.847,96
PIS s/férias a recolher	7.980,13	9.356,07
IRRF a recolher	87.555,33	73.983,99
Contrib. Sindical a recolher	406,00	223,50
Contrib. Assistencial a recolher	0,00	658,97
PIS - folha a recolher	64.448,05	51.921,34
ISS - retenção a recolher	318,05	2.365,61
TOTAL	1.284.560,04	1.313.211,09

11. Contas a Pagar

Curto Prazo

DESCRIÇÃO	2016	2015
Credores Diversos	156,99	642,72
Inspetoria Salesiana de São Paulo	969.759,73	883.589,95
Itaú Seguros de Auto e Residência	0,00	2.741,28
Porto Seguro Cia de Seguros	551,22	1.055,72
Banco Bradesco	1.726,33	1.726,33
Banco Itaú	36.819,32	36.329,29
Pensão Vitalícia	3.520,08	3.152,04
Tokio Marine	0,00	0,60
Metropolitan Life	11.092,23	406,25
Financeira Alfa	15.012,85	22.622,57
Condomínio Shopping Center Piracicaba	17.000,00	12.000,00
Honorários P.F. a pagar	0,00	280,00
Cheques a pagar	17.284,61	976,48
Cartão Corporate – VISA	1.534,06	0,00
Liceu Coração de Jesus	159.744,41	0,00
TOTAL	1.234.201,83	965.522,03

Longo Prazo

DESCRIÇÃO	2016	2015
Inspetoria Salesiana de São Paulo	1.363.785,39	2.223.268,20
Pensão Vitalícia	93.573,17	86.943,73
Receita Subvenção Municipal	2.648,24	0,00
TOTAL	1.460.006,80	2.310.211,43

12. Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2016 os saldos de empréstimos e financiamentos estão representados por:

Curto Prazo

DESCRIÇÃO	2016	2015
Banco Comercial	0,00	29.670,50
Banco Itauleasing	14.483,00	102.518,54
Externato Santa Teresinha	359.779,92	0,00
Juros a transcorrer	(60.692,64)	(10.744,43)
Total	313.570,28	121.444,61

Longo Prazo

DESCRIÇÃO	2016	2015
Inspetoria Salesiana de São Paulo	1.578.518,27	1.578.518,27
Externato Santa Teresinha	359.779,92	0,00
Juros a transcorrer	(22.333,93)	0,00
Total	1.915.964,26	1.578.518,27

13. Provisões para Contingências

Durante o curso normal de seus negócios, a ENTIDADE ficou exposto a certas contingências e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis, em discussão. Em 31 de dezembro de 2016, possuía registrados os seguintes valores a título de provisão para cobrir riscos prováveis:

Descrição	2016	2015
Contingências Cíveis	2.500,00	2.500,00
Contingências Trabalhistas	0,00	235.484,20
Total	2.500,00	237.984,20



A Entidade possui os seguintes processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não possuem provisão registrada:

NATUREZA	2016	2015
Contingências Tributárias	32.063.187,00	18.318.680,38
Total	32.063.187,00	18.318.680,38

14. Patrimônio Líquido

a) Patrimônio Social – Cisão Parcial

Em 01 de janeiro de 2016 ocorreu a Cisão Parcial da filial denominada Faculdade Salesiana Dom Bosco que foi incorporada pelo Liceu Coração de Jesus, devidamente registrada ATA nº 150, AV 109 Reg. 668 LV A-4, assim a parcela do Patrimônio Social cindido é de -456.715,59. Sendo o Patrimônio Social antes da Cisão 15.067.628,65 (31/12/2015) e após a Cisão 15.524.344,24 (01/01/2016)

b) Patrimônio Social – Ajustes de Anos Anteriores

Em maio de 2016 fez se um levantamento e identificou duplicidade de lançamento nas Provisões de Férias, FGTS sobre Férias e PIS sobre Férias do ano de 2015. Assim, após Ajustes temos:

	2015			
	Reapresentado	Ajuste	Original	
Passivo Circulante				
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	1.313.211,09 C	371.592,37 D	1.684.803,46 C	
Total dos Ajustes Patrimoniais		371.592,37 D		
Resultado				
Custos c/ Recursos Humanos e Encargos	-15.460.360,67 D	371.592,37 C	-15.831.953,04 D	
Total do Ajustes no Resultado		371.592,37 C		
Efeito no Superávit	2.774.018,72 C	371.592,37 C	2.402.426,35 C	
Efeito no Patrimônio Líquido	15.439.221,02 C	371.592,37 D	15.067.628,65 C	

15. Receita de Serviços - Segregadas

	EDUCAÇÃO	SOCIAL	31/12/2016	EDUCAÇÃO	SOCIAL	31/12/2015
RECETA BRUTA	35.268.302,73	26.683,94	35.294.986,67	35.591.711,78	21.819,30	35.613.531,08
SERVIÇO EDUCACIONAL - MENSALIDADES	33.788.240,68	-	33.788.240,68	35.169.486,34	-	35.169.486,34
RECETA DE MENSALIDADES - ENSINO BÁSICO	33.788.240,68	-	33.788.240,68	31.082.449,12	-	31.082.449,12
RECETA DE MENSALIDADES - ENSINO SUPERIOR	-	-	-	4.087.037,22	-	4.087.037,22
ATIVIDADES PRÓPRIAS	1.480.062,05	26.683,94	1.506.745,99	422.225,44	21.819,30	444.044,74
(-) DEDUÇÕES DA RECITA	- 10.772.624,11	-	- 10.772.624,11	- 10.183.282,90	-	- 10.183.282,90
(-) BOLSAS DE ESTUDOS INTEGRAIS - LB 12.101/09	- 3.952.394,25	-	- 3.952.394,25	- 3.064.049,49	-	- 3.064.049,49
Bolsas Concedidas - 100% - ENSINO BÁSICO	- 3.952.394,25	-	- 3.952.394,25	- 2.964.791,09	-	- 2.964.791,09
Bolsas Concedidas - 100% - ENSINO SUPERIOR	-	-	-	- 99.258,40	-	- 99.258,40
(-) BOLSAS DE ESTUDOS PARCIAIS - LB 12.101/09	- 851.585,99	-	- 851.585,99	- 999.577,66	-	- 999.577,66
Bolsas Concedidas - 50% - ENSINO BÁSICO	- 851.585,99	-	- 851.585,99	- 690.977,23	-	- 690.977,23
Bolsas Concedidas - 50% - ENSINO SUPERIOR	-	-	-	- 308.600,43	-	- 308.600,43
(-) DEMAIS BOLSAS DE ESTUDOS CONCEDIDAS	- 1.682.429,77	-	- 1.682.429,77	- 1.720.790,64	-	- 1.720.790,64
Bolsas Concedidas - Convenção Coletiva - ENSINO BÁSICO	- 1.653.674,17	-	- 1.653.674,17	- 1.396.137,64	-	- 1.396.137,64
Bolsas Concedidas - Variáveis - ENSINO BÁSICO	- 28.755,60	-	- 28.755,60	-	-	-
Bolsas Concedidas - Convenção Coletiva - ENSINO SUPERIOR	-	-	-	- 63.915,90	-	- 63.915,90
Bolsas Concedidas - PROQUIN - ENSINO SUPERIOR	-	-	-	- 260.737,10	-	- 260.737,10
(-) DESCONTOS CONCEDIDOS INCONDIC.	- 4.286.214,10	-	- 4.286.214,10	- 4.398.865,11	-	- 4.398.865,11
Descontos Concedidos Incondicionais	- 4.250.653,70	-	- 4.250.653,70	- 4.211.146,92	-	- 4.211.146,92
Abatimentos s/ Mensalidades	- 22.565,20	-	- 22.565,20	- 1.942,28	-	- 1.942,28
Devolução/Cancelamento Mensalidades	- 12.995,20	-	- 12.995,20	- 5.214,45	-	- 5.214,45
Descontos Concedidos Incondicionais - ENSINO SUPERIOR	-	-	-	- 141.862,95	-	- 141.862,95
Abatimentos s/ Mensalidades - ENSINO SUPERIOR	-	-	-	- 7.281,87	-	- 7.281,87
Devolução/Cancelamento Mensalidades - ENSINO SUPERIOR	-	-	-	- 31.416,64	-	- 31.416,64
(=) RECETA LÍQUIDA	24.495.678,62	26.683,94	24.522.362,56	25.408.428,88	21.819,30	25.430.248,18

16. Doações e Subvenções

Os critérios e políticas adotadas estão na nota explicativa Nº 3.

	EDUCAÇÃO	SOCIAL	31/12/2016	EDUCAÇÃO	SOCIAL	31/12/2015
ATIVIDADES PRÓPRIAS	1.480.062,05	26.683,94	1.506.745,99	422.225,44	21.819,30	444.044,74
DOAÇÕES	117.837,66	14.000,00	131.837,66	83.469,37	7.215,00	90.684,37
SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS OBTIDOS	771.133,22	12.683,94	783.817,16	2.852,55	14.604,30	17.456,85
CONVÊNIOS E SUBVENÇÕES	147.811,39	-	147.811,39	45.715,71	-	45.715,71
REND. FINANCEIROS - CONVÊNIOS E SUBVENÇÕES	10.332,17	-	10.332,17	-	-	-
OUTRAS RECEITAS	432.947,61	-	432.947,61	290.167,90	-	290.167,90
OUTRAS RECEITAS - ENSINO SUPERIOR	-	-	-	19,91	-	19,91

Os recursos captados por meio de doações para aplicação nos projetos sociais (atividade fim) não possuem restrição de uso determinada pelos doadores. A vinculação do uso específico em projetos é condicionada por políticas internas da Administração.

17. Custos dos Serviços e Atividades – Subvenção

	EDUCAÇÃO	SOCIAL	31/12/2016	EDUCAÇÃO	SOCIAL	31/12/2015
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES - RESTRITOS	- 147.811,38	-	- 147.811,38	- 45.715,71	-	- 45.715,71
Custos c/ Recursos Humanos e Encargos	- 142.559,22	-	- 142.559,22	- 39.813,74	-	- 39.813,74
Custos c/ Material	- 4.531,68	-	- 4.531,68	- 5.194,00	-	- 5.194,00
Custos c/ Depreciação	- 720,48	-	- 720,48	- 707,97	-	- 707,97

18. ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDA

A política contábil adotada está apresentada na nota explicativa nº 03.

A ENTIDADE Colégio Salesiano Dom Bosco possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), no qual usufrui da isenção tributária até o julgamento do seu processo de renovação nº 23000.009968/2012-49, protocolado tempestivamente em 28.06.2012.

Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições sociais, de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91.

O montante de R\$ 3.563.572,16 é referente à isenção do recolhimento da contribuição previdenciária patronal, usufruída no exercício de 2016.

19. GRATUIDADE CONCEDIDA (CUSTOS EDUCACIONAIS)

A ENTIDADE Colégio Salesiano Dom Bosco no desenvolvimento de suas ações formaliza em cada Atividade: os objetivos do mesmo; origem de recursos; infra-estrutura; tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS No. 109/09 e Decreto No. 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

Atendimento 5/1 - 2016				Atendimento 9/1 - 2016			
TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	2831			TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	2831		
(-) Alunos 100% - CEBAS	-65			(-) Alunos 100% - CEBAS	-65		
(-) Alunos 100% - CEBAS Integral (x1,4)	-286			(-) Alunos 100% - CEBAS Integral (x1,4)	-286		
(-) Alunos 100% - Especial (x1,2)	-1			(-) Alunos 100% - Especial (x1,2)	-1		
(-) Convenção Coletiva	-149			(-) Convenção Coletiva	-149		
(-)Alunos 100% Comercial	-7			(-)Alunos 100% Comercial	-7		
(-)Inadimplentes	-139			(-)Inadimplentes	-139		
Alunos Pagantes	2184			Alunos Pagantes	2184		
Número de Bolsas a conceder	437			Número de Bolsas a conceder	243		
BOLSAS CONCEDIDAS	Nº Bolsas	Multiplicador	Cálculos	BOLSAS CONCEDIDAS	Nº Bolsas		
Alunos Bolsa 100% - Período Integral	286	1,4	400,40	Alunos Bolsa 100% - Período Integral	286		
Alunos Bolsa 100% - Aluno c/Deficiência	1	1,2	1,20	Alunos Bolsa 100% - Aluno c/Deficiência	1		
Alunos Bolsa 100%	65	1	65,00	Alunos Bolsa 100%	65		
Total de Bolsas Concedidas			467	Total de Bolsas Concedidas			352
Suficiência de Bolsa			30	Suficiência de Bolsa			109

20. Cobertura de Seguros

A ENTIDADE adota a política de contratar cobertura de seguros para o imóveis alugados sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações.

Descrição Seguros	FILIAL 1	FILIAL 2	FILIAL 3	FILIAL 7	Consolidado
Seguro Alunos	10.410.000,00	3.036.536,17	8.760.000,00	2.910.000,00	25.116.536,17
Seguro Funcionários	11.531.922,96	2.261.915,52	8.512.357,20	2.914.560,00	25.220.755,68
Seguro Automotivo	316.194,00	-----	-----	-----	316.194,00
Seguros Prediais	17.795.120,00	8.565.000,00	22.287.500,00	6.590.000,00	55.237.620,00
Seguros Computadores	236.392,73	-----	-----	-----	236.392,73
TOTAL:	40.289.629,69	13.863.451,69	39.559.857,20	12.414.560,00	106.127.498,58

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

ANTONIO CARLOS GALHARDO
Presidente

CAROLINA BOCCA SERGIO DO AMARAL
Contador CRC 1SP263159/O

"PARECER DO CONSELHO FISCAL"

O CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAIS (C.A.E.F.) do Colégio Salesiano Dom Bosco, com sede em Piracicaba, Estado de São Paulo, na Rua Alfredo Guedes, 1.199, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 54.383.344/0001-56, no exercício de sua competência, que lhe é atribuída pelo Artigo 72 do Estatuto Social, DECLARA que, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativas ao ano calendário findo em 31 de Dezembro de 2016, compreendendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxos de Caixa, bem como o Relatório das Atividades realizadas no período, é do PARECER que essas peças contábeis devam ser aprovadas pela Assembleia Geral, tendo em vista que a Instituição demonstrou estar aplicando rigorosamente seus recursos em suas finalidades institucionais, de conformidade com o disposto em seu Estatuto Social.

Piracicaba/SP, 10 de Março de 2017.

Pe. Antônio Celio Costa Francisco
CPF – 004.194.478-06
Presidente

Pe. Roberto Donizeti dos Santos Furtado
CPF – 028.147.638-14
Membro

Pe. Justo Ernesto Piccinini
CPF - 049.554.838-36
Membro

CMAS

RESOLUÇÃO Nº 09/2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 09 de março, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº6.246 de 03 de julho de 2008,

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Aprova a alteração da Resolução nº09/2016 das Comissões Temáticas e que deverão ser compostas da seguinte maneira:
Políticas Públicas: Lúcia C. de Oliveira, Ilda S. Danelon, Ana P. V. Ferraz, Telma R. P. Souza, Juarez F. Dos Santos e Lucy Ap. P. Santos;
Justiça e Legislação: Tatiane N. Gasparotte, Selma C. Urizzi, Paulo R. Costa, Mara L. Z. Da Silva, Gilmar N. Falcão e Maria Hilma de O. Ganzella;
Finanças: Adriana T. Franco, Lúcia C. de Oliveira, Rosalina M. O. Castanheira, Rita de C. Zanetti, Renata de O. R. Vitti e Gilmar Nunes Falcão;
Alteração de Regimento Interno e Legislação: Tatiane N. Gasparotte, Deise G. M. Esteves, Maria Hilma de O. Ganzella e Paulo R. Costa;
Programa Bolsa Família: Rosimeire Ap. B. Jorge, Selma C. Urizzi, Márcia J. Cardoso, Renata de O. R. Vitti, Lucy Ap. P. Santos e Mara L. Z. Da Silva;
Conferência Municipal de Assistência Social: Márcia J. Cardoso, Renata de O. R. Vitti, Mara L. Z. Da Silva, Maria Hilma de O. Ganzella, Ana Paula V. Ferraz e Rosimeire Ap. B. Jorge.

ARTIGO 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, 09 de março de 2017.

Fábio do Amaral Sanches
Presidente

Autorizo a presente publicação no Diário Oficial do Município

Piracicaba, 09 de março de 2017.

Eliete Nunes F. da Silva
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

IPASP

EXPEDIENTE DO DIA 22 DE MARÇO DE 2017

HOMOLOGAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

“DEFERIDO”

MARIA JOSE GOMES DE MELLO, servidora desta Municipalidade, com registro funcional n.º 101365, onde exerce o cargo de Escrituraria, junto a Secretaria Municipal de Administração, contando com o tempo de serviço prestado em empresas particulares de: 1810 dias ou 04 (quatro) anos, 11 (onze) meses e 20 (vinte) dias. Protocolo n.º 38608/2017.

MARIA TERESA CARNIO, servidora desta Municipalidade, com registro funcional n.º 98644, onde exerce o cargo de Técnico de Contabilidade, junto a Secretaria Municipal de Ação Cultural, contando com o tempo de serviço prestado em empresas particulares de: 1484 dias ou 04 (quatro) anos e 24 (vinte e quatro) dias. Protocolo n.º 35949/2017.

MIRIAM ROSOLINO BOVOLENTA, servidora desta Municipalidade, com registro funcional n.º 131513, onde exerce o cargo de Fonoaudióloga, junto a Secretaria Municipal de Saúde, contando com o tempo de serviço prestado em empresas particulares de: 4005 dias ou 10 (dez) anos, 11 (onze) meses e 25 (vinte e cinco) dias. Protocolo n.º 26777/2017.

OSORIO MIRANDA DA SILVA, servidor desta Municipalidade, com registro funcional n.º 119799, onde exerce o cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, contando com o tempo de serviço prestado em empresas particulares de: 5338 dias ou 14 (quatorze) anos, 07 (sete) meses e 18 (dezoito) dias, incluindo o tempo da Prefeitura Municipal de Piracicaba em que a contribuição foi recolhida em favor do INSS. Protocolo n.º 33332/2017.

RITA DE CASSIA RODRIGUES OLIVEIRA, servidora desta Municipalidade, com registro funcional n.º 96568, onde exerce o cargo de Serviços Gerais, junto a Secretaria Municipal de Ação Cultural, contando com o tempo de serviço prestado em empresas particulares de: 1978 dias ou 05 (cinco) anos, 05 (cinco) meses e 03 (três) dias, incluindo o tempo da Prefeitura Municipal de Piracicaba em que a contribuição foi recolhida em favor do INSS. Protocolo n.º 32553/2017.

VALDOMIRA APARECIDA CORRER, servidora desta Municipalidade, com registro funcional n.º 108935, onde exerce o cargo de Auxiliar de Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, contando com o tempo de serviço prestado em empresas particulares de: 631 dias ou 01 (ano) anos, 08 (oito) meses e 26 (vinte e seis) dias. Protocolo n.º 26778/2017.

Secretaria Geral

ATO CONCESSÓRIO DE PENSÃO MENSAL

RESOLUÇÃO N.º 1.821, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

PROCESSO N.º 05/2017

PEDRO CELSO RIZZO, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Piracicaba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, de acordo com a Lei Municipal 2840/87, regulamentada pela Resolução 240/87 e com o disposto no art. 40, §7, inc.I, da Constituição Federal, alterada pela emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003 e em conformidade com o contido nos autos do processo nº 05/2017, resolve conceder ao(s) dependente(s) do ex-servidor Sr(a) DIRLEI ALBERTO BANZATTO, abaixo especificado(s), em razão do seu falecimento ocorrido em 06 de MARÇO de 2017, pensão mensal, calculada sobre os últimos vencimentos recebidos, ou seja, R\$ 3.249,79 (Três mil, duzentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos), conforme consta da planilha de cálculo, inserida no processo em referência.

NOME R.G.	PARENTESCO DATA/NASC. ESTADO CIVIL	% VALOR
DENISE APARECIDA VAZ DE LIMA BANZATTO 22.849.575-1	ESPOSA 24/05/1968 VIÚVA	50 % R\$ 1.624,90
MARIA ALICE DE LIMA BANZATTO 56.323.321-7	FILHA 29/07/2000 SOLTEIRA	50 % R\$ 1.624,89

PIRACICABA, 22 DE MARÇO DE 2017.

Pedro Celso Rizzo
-Presidente-

Publicada na Secretaria Geral do Instituto e no Diário Oficial do Município.

Ilma de Araujo Quartarolo
- Dep. de Administração Geral -

ATO CONCESSÓRIO DE PENSÃO MENSAL

RESOLUÇÃO N.º 1.822, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

PROCESSO N.º 04/2017

PEDRO CELSO RIZZO, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Piracicaba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, de acordo com a Lei Municipal 2840/87, regulamentada pela Resolução 240/87 e com o disposto no art. 40, §7, inc.I, da Constituição Federal, alterada pela emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003 e em conformidade com o contido nos autos do processo nº 04/2017, resolve conceder ao(s) dependente(s) do ex-servidor Sr(a) NILTON HIDEO GUSICUMA, abaixo especificado(s), em razão do seu falecimento ocorrido em 03 de MARÇO de 2017, pensão mensal, calculada sobre os últimos vencimentos recebidos, ou seja, R\$ 3.539,57 (Três mil, quinhentos e trinta e nove reais e cinquenta e sete centavos), conforme consta da planilha de cálculo, inserida no processo em referência.

NOME R.G.	PARENTESCO DATA/NASC. ESTADO CIVIL	% VALOR
MARIA ALICE DA SILVA SANTOS 17.209.438-0	COMPANHEIRA 17/03/1968 DIVORCIADA	100 % R\$ 3.539,57

PIRACICABA, 22 DE MARÇO DE 2017.

Pedro Celso Rizzo
-Presidente-

Publicada na Secretaria Geral do Instituto e no Diário Oficial do Município.

Ilma de Araujo Quartarolo
- Dep. de Administração Geral -

ATO CONCESSÓRIO DE PENSÃO MENSAL

RESOLUÇÃO N.º 1.823, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

PROCESSO N.º 03/2017

PEDRO CELSO RIZZO, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Piracicaba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, de acordo com a Lei Municipal 2840/87, regulamentada pela Resolução 240/87 e com o disposto no art. 40, §7, inc.I, da Constituição Federal, alterada pela emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003 e em conformidade com o contido nos autos do processo nº 03/2017, resolve conceder ao(s) dependente(s) do ex-servidor Sr(a) CLAUDINEI DE CAMPOS LEITE, abaixo especificado(s), em razão do seu falecimento ocorrido em 01 de JANEIRO de 2017, pensão mensal, calculada sobre os últimos vencimentos recebidos, ou seja, R\$ 2.851,05 (Dois mil, oitocentos e cinquenta e um reais e cinco centavos), conforme consta da planilha de cálculo, inserida no processo em referência.

NOME R.G.	PARENTESCO DATA/NASC. ESTADO CIVIL	% VALOR
ROY CAIO REIS LEITE 63.189.873-6	FILHO 18/05/2003 SOLTEIRO	100 % R\$ 2.851,05

PIRACICABA, 22 DE MARÇO DE 2017.

Pedro Celso Rizzo
-Presidente-

Publicada na Secretaria Geral do Instituto e no Diário Oficial do Município.

Ilma de Araujo Quartarolo
- Dep. de Administração Geral -

EMDHAP

ATO N.º 002/17

TOMADA DE PREÇOS N.º 001/17 –
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 013/17.

No uso das atribuições a mim conferidas, e em conformidade com o disposto no artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, ANULO o procedimento licitatório acima, em face da alteração do objeto.

Piracicaba, 20 de março de 2017.

JOÃO MANOEL DOS SANTOS
DIRETOR-PRESIDENTE





Ajude a combater a superpopulação e o abandono

Castração legal

O que é castração?
A castração consiste em uma cirurgia feita em cães e gatos, fêmeas e machos, para impedir que se reproduzam sem controle.

Como funciona?
Consiste na retirada do útero, trompas e ovários, no caso das fêmeas. Nos machos, na retirada dos testículos. A cirurgia, feita com anestesia geral, é simples mas deve ser executada apenas por veterinários.
Por volta de uma semana o animal estará totalmente recuperado.
A castração pode ser feita a partir dos dois meses de idade. Para as fêmeas é recomendado castrar antes do primeiro cio.

MAUS TRATOS É CRIME!
Se você presenciar qualquer tipo de maus tratos a um animal ligue **181** e denuncie!
Lei Federal de Crimes Ambientais 9605/98.

Apoio:  Realização:    
www.zoonoses.piracicaba.sp.gov.br



DIÁRIO OFICIAL

Administração
Barjas Negri - Prefeito
José Antonio de Godoy - Vice-prefeito

Jornalista responsável
João Jacinto de Souza - MTB 21.054

Diagramação
Centro de Informática
Rua Antonio Correa Barbosa, 2233
Fone: (19) 3403-1031
E-mail: diariooficial@piracicaba.sp.gov.br

Impressão
Gráfica Municipal de Piracicaba
Rua Prudente de Moraes, 930
Fones/Fax: (19) 3422-7103 e 3433-0194

Tiragem: 180 unidades

Diário Oficial OnLine: www.piracicaba.sp.gov.br